



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO E DOUTORADO EM ECONOMIA

PAULO JERÔNIMO RODRIGUES SOUSA DE BRITO COSTA

MERCADO DE TRABALHO E PROGRAMAS
HABITACIONAIS: EVIDÊNCIAS DO “MINHA CASA, MINHA
VIDA” EM SALVADOR

Salvador
2022

PAULO JERÔNIMO RODRIGUES SOUSA DE BRITO COSTA

**MERCADO DE TRABALHO E PROGRAMAS
HABITACIONAIS: EVIDÊNCIAS DO “MINHA CASA, MINHA
VIDA” EM SALVADOR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia.

Área de concentração: Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Stélio Coêlho Lombardi Filho.

Co-orientador: Prof. Dr. Vinícius de Araújo Mendes.

Salvador

2022

C837 Costa, Paulo Jerônimo Rodrigues Sousa de Brito.

Mercado de trabalho e programas habitacionais: evidências do “Minha Casa, Minha Vida” em Salvador / Paulo Jerônimo Rodrigues Sousa de Brito Costa. – Salvador, 2022.

67 f.; il.; tab.; graf.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia. Orientador: Prof. Dr. Stélio Coêlho Lombardi Filho; Co-orientador: Prof. Dr. Vinícius de Araújo Mendes.

1. Mercado de trabalho. 2. Programas habitacionais. 3. Programa Minha Casa, Minha Vida. 4. Empreendimentos habitacionais. I. Universidade Federal da Bahia. II. Lombardi Filho, Stélio Coêlho. III. Mendes, Vinícius de Araújo. IV. Título.

CDD: 330



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado e Doutorado em Economia

TERMO DE APROVAÇÃO

PAULO JERÔNIMO RODRIGUES SOUSA DE BRITO COSTA

“Mercado de Trabalho e Programas Habitacionais: Evidências do “Minha Casa, Minha Vida” em Salvador.”

Dissertação de Mestrado aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Stélio Coêlho Lombardi Filho

Prof. Dr. Stélio Coêlho Lombardi Filho
(Orientador – UFBA)

Vinicius De Araujo Mendes

Prof. Dr. Vinicius De Araújo Mendes
(Coorientador - UFBA)

Diana Lúcia G. da Silva

Profa. Dra. Diana Lúcia Gonzaga da Silva
(UFBA)

Laisa Rachter de Sousa Dias

Profa. Dra Laisa Rachter De Sousa Dias
(FGV)

Aprovada em 21 de janeiro de 2022

À Larissa.

AGRADECIMENTOS

À Marta, em nome de toda minha família, pelos ensinamentos para dar toda régua e compasso na minha formação. Estendo meu amor e carinho a Paulo, meu pai, Laura, minha avó, meus irmãos, Marcelo, Maria Eduarda, Maria Paula, João Gabriel e Joana Angélica, e meus tios e primos na figura de Jerônimo, Luciano, Guedes, Nil e Mel.

Aos grandes amigos e amigas que me apoiaram durante todo esse período, em especial, a Anna Beatriz, Alexandre, Bruna, Caio, Fares, Igor, Laís, Matteus, Mesquita, Miguel, Naiara, Rafael e Salvatore. Por fim, não menos importante, o companheirismo de Larissa.

Agradeço aos meus orientadores, Stélio Coelho e Vinícius Mendes, pela atenção, acolhimento, paciência, disciplina, aprendizagem, cobranças e incentivo no processo da dissertação.

À Professora Diana Gonzaga pela ajuda e participação na pesquisa e todos os ensinamentos transmitidos ao longo da graduação e pós-graduação. E agradeço a Laísa Rachter pelo atendimento e contribuição com esta pesquisa até aqui.

Ao CIDACS, por iniciar essa pesquisa naquele mar de conhecimento e abrir os espaços para essa pesquisa.

À CAPES, pelo investimento financeiro concedido ao longo do mestrado.

Por fim, a todos aqueles amigos, familiares e colegas que de alguma forma estiveram presentes e torceram por isso.

RESUMO

Programas habitacionais podem oferecer melhores condições socioeconômicas para as famílias beneficiadas? Ou tais políticas podem isolá-las em locais mais distantes do tecido urbano, prejudicando seu desempenho no mercado de trabalho? Tais perguntas representam o desafio dessa Dissertação, que se propõe a avaliar os efeitos exógenos no mercado de trabalho formal da principal política habitacional do Brasil, em uma grande cidade da região Nordeste. Mais especificamente, esta pesquisa utiliza microdados do Programa “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV) em Salvador, explorando o método de seleção aleatória de três sorteios (loterias) realizados entre 2016 e 2017. Os resultados sugerem que há uma redução na probabilidade da presença do indivíduo adulto no mercado de trabalho formal e, além disso, uma deterioração da empregabilidade dos adultos após dois anos de exposição ao programa. Dentre as possíveis motivações para a redução da probabilidade de ocupação pelos beneficiados, a literatura aponta para o distanciamento entre os centros econômicos da cidade e os empreendimentos habitacionais. A contribuição do trabalho é fundamental para ampliar as investigações dos impactos do MCMV, visto que é um dos primeiros a analisar as loterias para o contexto da região Nordeste do Brasil, que tem Salvador como sua maior capital.

Palavras-Chave: Programa “Minha Casa, Minha Vida”; Programas habitacionais; Mercado de trabalho formal; Salvador.

ABSTRACT

Can housing programs offer better socioeconomic conditions for beneficiary families? Or can such policies isolate them in locations further away from the urban environment, harming their performance in the labor market? Such questions represent the challenge of this Dissertation, which proposes to evaluate the exogenous effects on the formal labor market of the main housing policy in Brazil, in a large city in the Northeast region. More specifically, this research uses microdata from the “Minha Casa, Minha Vida” Program (MCMV) in Salvador, exploring the method of random selection of three draws (lottery) carried out between 2016 and 2017. The results suggest that there is a reduction in the probability of presence of the adult individual in the formal labor market and, in addition, a deterioration in the employability of adults after two years of exposure to the program. Among the possible motivations for the reduction of the probability of occupation by the beneficiaries, the literature points to the distance between the economic centers of the city and the housing projects. The contribution of the work is fundamental to expand the investigations of the impacts of the MCMV, since it is one of the first to analyze the lotteries for the context of the Northeast region of Brazil, which has Salvador as its largest capital.

Keywords: “Minha Casa, Minha Vida” program; housing policies; formal labor; Salvador.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Número de loterias do programa “Minha Casa, Minha Vida” | 39 |
| Tabela 2 – Balanceamento por entropia para o sorteio 1 | 42 |
| Tabela 3 - Balanceamento por entropia para o sorteio 2 | 43 |
| Tabela 4 – Balanceamento por entropia para o sorteio 3 | 44 |
| Tabela 5 – Descrição das variáveis dependentes | 45 |
| Tabela 6 – Descrição das variáveis de tratamento..... | 45 |
| Tabela 7 – Estimação dos efeitos do MCMV no período pós-tratamento..... | 47 |
| Tabela 8 – Estimação dos efeitos do MCMV por tempo de exposição ao programa..... | 50 |
| Tabela 9 - Estimação dos efeitos do MCMV por sexo do indivíduo | 51 |
| Tabela 10 - Empreendimentos com financiamento do FAR para o PMCMV da Faixa 1 em Salvador | 58 |
| Tabela 11 - Resultado da estimação dos indivíduos pós-exposição ao programa MCMV considerando controles de sexo, escolaridade e idade..... | 59 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Quantitativo de contratos assinados com a Caixa Econômica Federal de Unidades Habitacionais da Faixa 1 em Salvador, entre 2011 e 2020..... | 27 |
| Figura 2 - Empreendimentos habitacionais do MCMV em Salvador e obras de infraestrutura..... | 28 |
| Figura 3 - Localidade dos empreendimentos dos sorteios analisados..... | 40 |
| Figura 4 - Quantidade de beneficiários por empreendimento..... | 41 |
| Figura 5 - Moradia das famílias antes da migração do Sorteio 1..... | 60 |
| Figura 6 - Moradia das famílias antes da migração do Sorteio 2..... | 61 |
| Figura 7 - Moradia das famílias antes da migração do Sorteio 3..... | 62 |
| Figura 8 – Postos de trabalho dos beneficiados do Sorteio 1..... | 63 |
| Figura 9 - Postos de trabalho dos beneficiados do Sorteio 2..... | 64 |
| Figura 10 – Postos de trabalho dos beneficiários do Sorteio 3..... | 65 |
| Figura 11 - Aviso das chamadas públicas para sorteio do Minha Casa, Minha Vida em Salvador..... | 66 |
| Figura 12 - Estrutura habitacional de empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida em Salvador..... | 67 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 15 |
| 3 HABITAÇÃO E PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” | 22 |
| 3.1. DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” | 25 |
| 4 METODOLOGIA..... | 30 |
| 4.1. BASES DE DADOS..... | 30 |
| 4.2. ESTRATÉGIA EMPÍRICA | 35 |
| 4.2.1 Balanceamento por entropia | 37 |
| 4.3. ANÁLISE DESCRITIVA | 38 |
| 5 RESULTADOS OBTIDOS..... | 46 |
| 6 CONCLUSÃO..... | 53 |
| REFERÊNCIAS | 55 |
| APÊNDICE | 58 |
| ANEXO..... | 66 |

1 INTRODUÇÃO

A questão da habitação em centros urbanos é um desafio para todos os governos e órgãos internacionais em virtude da urbanização desenfreada ocorrida ao longo do século XX (UN-HABITAT, 2019). Neste sentido, a implementação de programas e projetos habitacionais se configura como uma alternativa importante para a melhoria das condições de vida das populações em situações desiguais nestes espaços. Há diversas experiências internacionais de políticas públicas para moradia e acessibilidade a fim de atender tal demanda, o que interfere diretamente na posição do indivíduo na cidade, gerando consequências de acesso a serviços no ambiente urbano.

No Brasil, a formação histórica da urbanização possibilitou, de forma célere, o surgimento de aglomerados subnormais, definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como conjuntos de domicílios distribuídos geograficamente de maneira desordenada. Assim, o déficit de infraestrutura urbana se torna evidente a partir da década de 1930, agravando-se ao longo dos anos com experiências pouco exitosas para acesso de políticas habitacionais aos mais pobres (AZEVEDO, 1988; RIBEIRO, 2021). Com o decorrer do tempo, a necessidade por habitação pelas camadas mais baixas da população brasileira cresceu e os governos procuraram alternativas a fim de solucionar este problema.

No esteio deste processo, o programa “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV) foi criado no ano de 2009 com o intuito de reduzir o déficit habitacional em áreas urbanas e rurais, e entregou 4,3 milhões de unidades habitacionais no Brasil desde a sua formulação. Dessa forma, sua finalidade é a construção de casas para a população mais pobre e conseguiu entregar mais do que todos os outros programas habitacionais já criados pelos governos brasileiros. Além disso, quando criado, contribuiu de forma positiva como política anticíclica para a retomada da atividade econômica em virtude da crise econômica daquele período.

Em nível internacional, a avaliação de choques exógenos de programas habitacionais aponta para evidências de impactos negativos, ou até mesmo inexistentes, no que diz respeito à participação do indivíduo adulto no mercado de trabalho (JACOB; LUDWING, 2012; CHETTY; HENDREN; KATZ, 2016; PICARELLI, 2019).

Por outro lado, os mesmos estudos apontam que a migração, decorrente destas intervenções, apresenta efeitos positivos de longo prazo para crianças e adolescentes quando se desenvolvem na nova moradia e redução de parcela da renda mensal com gastos de aluguel (JACOB; LUDWING, 2012; CHETTY; HENDREN; KATZ, 2016).

Por conta do excesso de demanda e da importância do programa, o MCMV foi avaliado por diversos trabalhos em nível nacional e os resultados para o mercado de trabalho nas cidades avaliadas apontam, de forma geral, no mesmo sentido da literatura internacional (ROCHA, 2018; DA MATA; MATION, 2019; BELCHIOR, 2019; PACHECO, 2019; DIAS, 2020).

Observa-se uma conseqüente deterioração das condições de acessibilidade, favorecendo o isolamento dos beneficiários a partir da migração, algo criticado por outros estudos qualitativos (RONLINK, 2015). Bem verdade, as principais críticas feitas aos programas desta natureza estão relacionadas à distância dos empreendimentos até o tecido social, não havendo uma adequada conexão com a política urbana e fundiária.

Tendo isso em vista, esta Dissertação tem por objetivo analisar os efeitos de empreendimentos de habitação popular do “Minha Casa, Minha Vida” na cidade de Salvador sobre resultados no mercado de trabalho formal. Mais especificamente, explora o efeito migratório para a nova habitação sobre o desempenho de indivíduos adultos no mercado do trabalho formal, em uma cidade com alto nível de informalidade. Para tanto, estima-se o impacto da política sobre a probabilidade de ter sido empregado naquele ano e a probabilidade de permanecer empregado no último dia do ano. Desse modo, busca-se responder a seguinte questão: migrar para um empreendimento de habitação popular do MCMV interfere nos níveis de empregabilidade do indivíduo adulto?

A investigação se refere a três conjuntos habitacionais com seleção realizada por meio de sorteio eletrônico pela Prefeitura Municipal de Salvador. Dentre os sorteios, foram formadas três loterias entre os anos de 2016 e 2017. A análise dos vencedores aptos a serem beneficiados é feita por meio de uma autodeclaração que, logo em seguida, tem a sua devida confirmação com base nos critérios definidos pela Caixa Econômica Federal para a entrega das chaves e mudança das famílias.

Dessa forma, este trabalho analisa a assinatura de contratos de 596 pessoas dentro de um universo máximo de 120 mil indivíduos do cadastro habitacional municipal para candidatos elegíveis para Faixa 1¹, entre os três sorteios.

A contribuição fundamental deste estudo é colaborar com a literatura de efeitos exógenos de programas habitacionais sobre a oferta de trabalho. Além disso, difere das demais pesquisas realizadas até o momento, pois é um dos primeiros trabalhos a investigar os impactos desse tipo de intervenção em uma capital da região Nordeste do Brasil, onde foram entregues mais de 19

¹ Compreende o financiamento de habitações para as famílias com até 3 (três) salários-mínimos (SM).

mil habitações populares. Tal proposta se justifica também pela natureza do mercado de trabalho em Salvador, que detém 42% de informalidade (IBGE, 2020b) e nível de ocupação elevado quando comparada a outras capitais do Brasil.

A cidade possui uma estrutura dinâmica entre os programas habitacionais que são propostos para solucionar as demandas por habitação. Com isso, essas políticas públicas têm a tendência de migrar as famílias para novas casas ainda mais distantes do tecido urbano, o que pode interferir também no sucesso da oferta de empregos formais.

Os resultados encontrados por essa pesquisa convergem com a literatura nacional em relação aos efeitos do MCMV. Verifica-se uma redução entre 4,0 e 6,6 pontos percentuais na probabilidade de estar empregado no último dia do ano, de acordo com os sorteios avaliados pelo trabalho. É possível perceber, também, a existência de uma deterioração dos níveis de formalização do trabalho para o indivíduo adulto ao longo do tempo de exposição ao programa, entre os anos de 2018 e 2019.

Além desta introdução, o trabalho possui mais cinco capítulos. O segundo apresenta uma breve revisão da literatura nacional e internacional sobre os efeitos de programas habitacionais. O terceiro capítulo, por sua vez, discorre sobre a problemática da questão habitacional no Brasil e a formação do programa “Minha Casa, Minha Vida”. No quarto capítulo, tem-se o detalhamento dos aspectos metodológicos da pesquisa, em que são descritas as bases de dados e a estratégia empírica empregada. O quinto capítulo apresenta e discute os resultados encontrados, enquanto o sexto se refere à conclusão.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Por meio deste capítulo pretende-se discutir pesquisas que se propuseram a compreender impactos exógenos de programas habitacionais, destacando, em um primeiro momento, a literatura internacional em países desenvolvidos e, posteriormente, em países em desenvolvimento. Em seguida, são apresentadas as avaliações feitas do MCMV quanto ao comportamento do mercado de trabalho após a migração para uma nova residência em virtude da aleatorização do programa. É importante destacar que a maior parte da literatura tem como objeto de estudo o Rio de Janeiro, porque é uma cidade que possui transparência na disponibilização da sua seleção de beneficiados para a política pública e por ter ofertado um maior número de casas no Brasil.

A discussão sobre os efeitos de políticas públicas de habitação pode ser observada em avaliações de impacto nacionais e internacionais. Apesar de pouco explorada, devido à ausência desses programas em muitos países, existem interpretações e resultados para nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Afinal, deve-se levar em consideração a inserção de uma família no ambiente urbano e as consequências em suas vidas, pois interfere diretamente nas condições de direito à cidade. Dentre estes direitos, cabe destacar o acesso dos indivíduos ao mercado de trabalho, uma vez que localização e acessibilidade se tornam fatores fundamentais em grandes centros urbanos.

Para o composto familiar, tal escolha se funda em questões ponderadas por eles para realizar a sua mudança para uma nova residência. Essa realocação está relacionada ao excesso de demanda e os países optam por modelos de sorteio para a escolha dos beneficiados da política pública. Muitas vezes, são ponderadas as questões de localidade e o desenvolvimento econômico e social do entorno habitacional, conforto ambiental e a qualidade da casa. A literatura para os países subdesenvolvidos indica que os indivíduos adultos possuem mais dificuldades de adaptação no curto prazo por enfrentar desafios relacionadas ao isolamento (BARNHART; FIELD; PANDE, 2017) que reflete na deterioração da oferta de trabalho (PICARELLI, 2019).

Com isso, as políticas públicas de habitação podem impor migrações urbanas às famílias, ressignificar oportunidades e exigências aos participantes e interferir nas disposições das famílias no tecido urbano da cidade como, por exemplo, facilidades de acesso aos serviços públicos, acessibilidade de transporte e aos principais estabelecimentos para acesso às ofertas de emprego (JACOB; LUDWING, 2012; CHETTY; HENDREN; KATZ, 2016; PICARELLI, 2019). Ao mesmo tempo, pode afetar também as relações de vizinhança e implicar na quebra

de laços sociais, pois a migração pode isolar famílias beneficiadas do convívio social estabelecido na moradia anterior (WOOD; TURNHAM; MILLS, 2008; CHETTY; HENDREN; KATZ, 2016; BARNHART; FIELD; PANDE, 2017).

A fim de explorar essas questões, existem evidências de experiências em países desenvolvidos e em desenvolvimento que tiveram condições de mensurar efeitos familiares e sociais em indivíduos impactados por políticas públicas habitacionais. Acerca da análise de impacto dos indivíduos participantes desses programas, quanto à variação exógena no mercado de trabalho para adultos, a literatura concorda que esses efeitos são negativos ou nulos para os beneficiados (CHETTY; HENDREN; KATZ, 2016).

Dentre as pesquisas predominantes no cenário internacional, destacam-se as avaliações de impactos dos programas *Moving to Opportunity* (MTO) e *Welfare to Work* (WtW) (JACOB; LUDWING, 2012; CHETTY, 2016). No Brasil, as análises do MCMV têm resultados semelhantes ao que se observa internacionalmente, principalmente quando se considera a localização dos empreendimentos habitacionais construídos para o programa (ROCHA, 2018; MATA; MATION, 2018; PACHECO, 2019; BELCHIOR, 2019; DIAS, 2020).

Nos Estados Unidos, a disputa por políticas habitacionais ocorreu ao longo do século XX e programas deste cunho envolveram escopos nacionais e locais. Assim, métodos experimentais abriram possibilidade para mensurar efeitos de curto e longo prazo, seja na composição familiar, efeitos em adultos e no aspecto de desenvolvimento infantil das próximas gerações (KLING, 2007; CHETTY; HENDREN; KATZ, 2016).

O programa *Moving to Opportunity* (MTO)² está entre as maiores evidências na literatura econômica sobre políticas públicas habitacionais, com efeitos para os Estados Unidos observados desde meados da década de 1990. O programa ofereceu 4.604 *vouchers* para famílias no país mudarem de residência para bairros com melhores indicadores socioeconômicos.

No estudo de Chetty, Hendren e Katz (2016) sobre o MTO, observou-se que crianças expostas à política pública habitacional exibiram maiores níveis de qualidade e frequência universitária quando mais velhas. No entanto, fazem a ressalva de que os impactos foram mais altos para aquelas expostas em menor faixa etária, e enfatizam a importância sobre o desenvolvimento infantil com a migração das crianças quanto mais jovens ou adolescentes.

² **Moving To Opportunity.** National Bureau of Economic Research NBER. Disponível em: <https://www.nber.org/programs-projects/projects-and-centers/moving-opportunity?page=1&perPage=50>.

Em outra abordagem, o estudo de Jacob e Ludwig (2012) apresentou resultados sobre o *Welfare to Work* (WtW) nos Estados Unidos, na cidade de Chicago, durante o final da década de 1990. Uma diferença importante entre os programas se encontra no público-alvo, dado que este último tem enfoque no mercado privado de habitação, para aqueles que moravam de aluguel e tiveram direito a um *voucher* para aumentar sua renda destinada para locação de sua habitação. O resultado desta política teve efeito negativo para aqueles que tiveram acesso ao programa, ao reduzir em 4% as taxas de emprego e em 10% os rendimentos trimestrais, e aumentar a dependência de políticas de assistência social do governo em 7%.

Os autores sugerem a existência de um efeito substituição quanto aos beneficiários do *voucher*, o que pode resultar em uma redução de esforço de trabalho. Com isso, a pesquisa apresenta evidências de que a habitação reflete mecanismos sobre oferta de trabalho e indicam que esta oferta pode ser reduzida em certo grau.

A tese do isolamento em virtude da migração de famílias para habitações construídas pelo Estado é reforçada por Barnhart, Field e Pande (2017). O artigo apresentado pelos autores traz como evidência empírica para política pública habitacional um país em desenvolvimento, a Índia. Através de seleção aleatorizada, percebeu-se, quatorze anos depois, que os vencedores apresentaram melhores condições de conforto ambiental, apesar da piora das circunstâncias socioeconômicas, como acesso ao mercado de trabalho. Nesse sentido, os resultados apontam para sinais de evasão das habitações, a exemplo do abandono de 32% dos selecionados após dez anos.

Além disso, o estudo experimental na Índia relaciona a migração na cidade de Ahmedabad ao rompimento de laços sociais entre familiares e amigos do local, tendo em vista a distância dos filhos adultos, e de laços de compartilhamento de risco, tendo como exemplo, a redução de 6% a 9% da probabilidade de tomar empréstimos entre as pessoas mais próximas (BARNHART; FIELD; PANDE, 2017).

No mesmo ensejo de avaliação de programas habitacionais em países subdesenvolvidos, Picarelli (2019) estima o efeito da mudança de moradias e a sua relação quanto a oferta de trabalho. Desta maneira, observou-se que, entre os anos de 2008 e 2014, os níveis de empregabilidade foram reduzidos, principalmente para mulheres, e pode ser explicado pelo aumento da distância para novas oportunidades econômicas. Segundo o estudo, as famílias mais pobres são penalizadas, no curto prazo, entre 2 e 4 anos após a sua realocação em virtude do programa. Com isso, para esse grupo familiar, a localização da moradia pode ser fundamental

para determinar a sua renda. Por isso, deve-se alcançar uma política de transportes efetiva que reduza o custo de oportunidade do tempo, por exemplo.

As pesquisas experimentais internacionais sobre programas de habitação não apresentam resultados significantes para renda e mercado de trabalho em adultos, quando não negativos, ao serem comparados aos grupos familiares não beneficiados. Tal questão é justificada pelo isolamento dos locais construídos que tendem a distanciar as famílias do tecido urbano e romper os laços sociais. Dessa forma, amplia-se a revisão dos estudos para o programa Minha Casa, Minha Vida no Brasil.

Antes do MCMV, os entes federados construíam habitações por intermédio de suas companhias habitacionais e os novos espaços precisavam ser interligados ao tecido urbano, algo considerado de fundamental importância para a inserção do indivíduo nos espaços da cidade.

Como exemplo disso, no município de Salvador, Soares (2016) avaliou qualitativamente a construção de empreendimentos de habitação construídos pelo Governo do Estado, anteriores ao MCMV. A pesquisa relacionou três empreendimentos, Loteamento Vale das Dunas, Conjunto Vila Viver Melhor e o Conjunto Nova Primavera. Entre eles havia uma diferença: melhor inserção no tecido urbano. Neste caso, conjunto Vila Viver Melhor é mais bem avaliado, pelos seus moradores, por sua localidade, facilidade de acesso ao transporte coletivo e proximidade ao centro, demonstrando rápido acesso as áreas e serviços da cidade. Enquanto isso, os outros empreendimentos possuem facilidade no transporte coletivo, mas são espaços dominados pela violência, segundo relato dos beneficiados, em comparação ao empreendimento com menos segregação socioespacial.

Por ter sido um programa elaborado no ano de 2009, as avaliações do MCMV são recentes quanto à utilização de metodologias quantitativas para explorar a aleatoriedade da seleção via sorteio. Os estudos anteriores (MARQUES; RODRIGUES, 2013; RONLINK, 2015) focavam, por outro lado, no entendimento pelo “olhar do beneficiário” que argumentavam sobre a importância do benefício desta habitação como única oportunidade de conforto e compra de imóvel próprio.

Em suas análises sobre o programa, Marques e Rodrigues (2013) e Ronlink (2015) criticam o método de reprodução histórico que o Brasil teve na construção de habitações populares, focado na má localização dos empreendimentos, segregação urbana e falta de infraestrutura social, através da análise do espaço das instalações. Algo muito próximo do resultado qualitativo

encontrado por Soares (2016) ao estudar as habitações populares construídas em Salvador pela Companhia Habitacional Estadual da Bahia.

Nessa perspectiva, apesar do expressivo número de construções de casas para camadas mais pobres da população, o MCMV teve o mesmo padrão periférico para segregação residencial. Na metrópole de São Paulo, por exemplo, os conjuntos habitacionais ficam desconectados das principais estruturas de transporte. Logo, não favorecem a conexão destas com o tecido urbano, que se fragmenta com carência de infraestrutura social, de serviços públicos e empregos (RONLINK, 2015).

É possível inferir que estas escolhas ocorrem em virtude do grande quantitativo populacional com necessidade de moradia no país. Desta forma, a maioria dos terrenos para escolha de construções de habitações populares não tem prioridade no centro urbano com melhor inserção no tecido da cidade, onde se observa maior acesso aos serviços da cidade, isto inclui desde estabelecimentos até a oferta de trabalho.

Ao analisar os estudos sobre os impactos exógenos do MCMV, existem pesquisas que avaliaram como documentar sua influência na qualidade e custos habitacionais, vizinhança, acessibilidade, mercado de trabalho e renda da família, matrícula escolar e saúde de crianças (ROCHA, 2018; MATA; MATION, 2018; PACHECO, 2019; BELCHIOR, 2019; DIAS, 2020).

Essas pesquisas apontam que o MCMV pode induzir famílias a se mudarem para bairros mais pobres e distante, e, conseqüentemente, ocasionar externalidades para as famílias. Conforme o método de seleção do programa em municípios brasileiros, a maioria das pesquisas buscaram analisar o comportamento dos indivíduos e da família por meio de dados administrativos, tendo o município do Rio de Janeiro com maior volume de análises nos estudos supracitados.

Rocha (2018) explora as externalidades do programa para o mercado de trabalho e encontra resultados negativos para a empregabilidade de adultos no curto prazo. Segundo o autor, o isolamento das famílias nos locais de construção dos empreendimentos contribui para este efeito negativo de 3,3% na cidade de São José do Rio Preto, e a variação de 4,9% no Rio de Janeiro, mas sem efeito significativo na renda familiar. Nestes casos, as críticas feitas à política pública de habitação sobre más escolhas locacionais das suas construções, antes feitas por urbanistas, são exploradas pela exogeneidade da aleatorização.

A investigação preliminar de Da Mata e Mation (2018) aponta para evidências negativas para o mercado de trabalho formal entre os indivíduos em idade adulta. Mesmo sendo pequeno o

efeito, ressaltam que em cidades menores as pessoas expostas ao programa possuem um efeito negativo mais forte, como também para os homens.

A escolha da localização também é discutida através da avaliação de externalidades da aquisição de ativos móveis privados para locomoção, por exemplo. A investigação encontrou aumento na probabilidade na compra de automotivos, principalmente motocicletas, sugerindo a compra para reduzir o custo de oportunidade da migração para locais mais distantes do centro econômico e, conseqüente, manutenção dos empregos ou busca de novas possibilidades no mercado de trabalho (DA MATA; MATION, 2018).

Nesse sentido, os autores investigaram a relação do programa com a informalidade, outro debate sugerido pelo trabalho de Rocha (2018), e concluem que não há efeito sobre a formalização do trabalho autônomo, nem há impacto da migração sobre a informalidade até o ano de 2016.

Tendo como referência os dois últimos estudos, Pacheco (2019) amplia estas investigações com análise temporal até 2017 e acessibilidade por transporte público ao mercado de trabalho. Mesmo com impactos negativos quanto à probabilidade de empregabilidade do mercado formal, os resultados mostram que há uma mudança na tendência de deterioração da empregabilidade formal dos beneficiários. Assim, aponta que a diferença entre o grupo de tratados e controle tende a diminuir ao longo de três anos, ou seja, mesmo havendo impacto negativo para a probabilidade de emprego no mercado formal, ele tende a diminuir ao longo do tempo quando comparado aos não beneficiários.

Além disso, a contribuição da investigação sobre a acessibilidade por meio de transporte público sugere que a condição dos indivíduos tratados piorou ao longo da exposição ao programa, assim ficando mais distante dos centros de empregos. Dessa maneira, dialoga com o trabalho de Da Mata e Mation (2018) sobre o aumento de custos sociais para compra de motocicletas. Logo, da interpretação do estudo, há uma sugestão que estes beneficiários do MCMV no Rio de Janeiro podem ter optado pelo transporte privado, ante o público, e se adaptado às condições de exposição ao programa.

Ainda discutindo a questão da empregabilidade, Dias (2020) observa a oferta de trabalho para famílias expostas ao programa no Rio de Janeiro e não encontra efeitos do MCMV sobre o emprego feminino, justificando que os seus resultados são próximos a zero. Acrescenta a autora que também não há resultado sobre a renda do domicílio.

Para as experiências de avaliações em relação a escolaridade como externalidade do MCMV, os resultados de Dias (2020) sugerem que não há aumentos nas matrículas de adolescentes no ensino médio ou aumentos nas taxas de conclusão do ensino médio entre jovens adultos. Quanto à saúde, a autora analisa a relação entre o aumento de investimentos habitacionais e a saúde infantil. Os resultados mostram um aumento entre, em média, 12 e 16 gramas no peso ao nascer da criança e a diminuição da mortalidade infantil em crianças antes de completar 1 ano de idade.

Dias (2020) argumenta que a transferência para a habitação do MCMV sugere melhor infraestrutura habitacional para os indivíduos tratados, como, por exemplo, a estrutura interna da casa melhora a partir das ligações de energia e esgoto. Nesse sentido, há uma ressalva sobre o acréscimo desses gastos individualizados no orçamento familiar, mas compensados pela redução dos custos de aluguel em média de R\$ 40,00, quando comparado aos não tratados, ou seja, mesmo assim, a família tem uma renda disponível maior.

No mesmo sentido, as externalidades captadas pela avaliação do programa nas pesquisas mais recentes observam resultados no mesmo sentido: a localização dos novos empreendimentos não possibilita uma melhor inserção no tecido urbano e não fornece melhores condições para a oferta de trabalho no mercado.

Logo, com base na discussão existente, este trabalho tem o interesse em contribuir com os estudos que relacionam os impactos do MCMV e o mercado de trabalho formal em capitais. Assim, oferece uma alternativa para novos estudos dos impactos da política pública nas regiões do Brasil que são mais desiguais e, também, pelo perfil do mercado de trabalho desses locais.

3 HABITAÇÃO E PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”

Este capítulo retoma uma discussão histórica sobre a habitação no Brasil, desde a concepção do conceito de déficit habitacional no país até a construção de programas habitacionais feitos pelo governo, seja pelas instâncias do Governo Federal, como também dos Governos Estaduais. Sendo assim, mostra-se em que cenário foi criado o Programa “Minha Casa, Minha Vida” e os seus resultados no Brasil e em Salvador.

A necessidade de melhorar a qualidade das condições habitacionais no Brasil provocou o interesse pela formulação de programas habitacionais para acesso à uma moradia digna. Bem verdade, essa discussão é feita mundialmente pelos países ou organizações internacionais, que esperam respostas para melhores condições urbanas, principalmente nos países em desenvolvimento (UN-HABITAT, 2019).

O intenso processo de urbanização durante o século XX concentrou a maior parte da população brasileira nas regiões metropolitanas e, dentre as principais consequências, gerou a formação do que veio a se chamar de aglomerados subnormais³.

A camada de trabalhadores populares era temida pela burocracia estatal e classes mais altas da sociedade nas capitais e, por isso, ficava concentrada em favelas e bairros pobres, até clandestinos, mais isolados (DE AZEVEDO, 1988). Deste modo, a construção desses locais se deu de maneira informal pela autoconstrução espontânea com estruturas inadequadas e a tendência de deterioração ao longo do tempo das habitações.

Ao longo da história, mesmo sem diagnósticos técnicos bem elaborados para solucionar este problema, o governo buscou alternativas. A primeira tentativa de solução foi a criação da Fundação Casa Popular (FCP) com o intuito de criar casas populares para os trabalhadores urbanos de baixa renda. De acordo com Azevedo (1988), a FCP não logrou êxito pela ausência de mecanismos para a obtenção de receitas e pelas adversidades de instabilidade macroeconômica.

Com o fim da FCP, o Governo Federal criou o Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, o que abriu espaço para a formulação e financiamento de políticas habitacionais. O BNH teve sucesso na criação de 4,3 milhões de unidades habitacionais para públicos de até 5 (cinco) salários-mínimos, sendo 55% destes para setores populares (AZEVEDO, 1988).

³ Segundo o IBGE, o aglomerado subnormal é o conjunto de, no mínimo, 51 domicílios distribuídos geograficamente de maneira desordenada e densa sobre o solo, precariamente servido por serviços públicos essenciais, ocupado ilegalmente, ou com posse legalizada há menos de dez anos (IBGE, 2021; RIBEIRO, 2021).

Apesar do êxito na construção de um expressivo volume de casas e, por beneficiar o setor da construção civil, o BNH encontrou os mesmos empecilhos dos programas de habitações realizados anteriormente. A ampliação para camadas mais pobres encontrou empecilhos no governo vigente à época, que não contribuiu em virtude da centralização do planejamento e das decisões, falta de controle social e baixa sustentabilidade nas receitas captadas por inexistência de fonte de subsídios (AZEVEDO, 1988).

Para tanto, os diagnósticos para os desafios habitacionais no Brasil encontraram dificuldades logo no início, pois não se tinha a nitidez na definição do que se era déficit habitacional⁴ (PACHECO, 2019). As principais sugestões para a construção deste conceito englobam componentes quantitativos e qualitativos, sendo estes: habitação precária, coabitação, ônus com aluguel e adensamento de domicílios alugados, carência de infraestrutura urbana, inadequação fundiária, adensamento excessivo e cobertura inadequada. (FJP, 1995; FJP, 2021).

Nesse ensejo, a Fundação João Pinheiro (FJP, 2021) estimou o déficit habitacional em 5,9 milhões de domicílios brasileiros no ano de 2019, o que correspondia 12% do total de residências no país. A primeira série histórica da FJP, que foi descontinuada em 2015, apurou resultados não superiores a 10% de déficit habitacional. Em seguida, uma nova série foi construída, relacionando novas pesquisas do IBGE e dados administrativos. Para a pesquisa, o maior problema de déficit habitacional, estratificando estes dados para o rendimento familiar, se concentrava em ambientes familiares com renda de até 3 salários-mínimos, correspondendo a 69% dessas famílias.

Segundo a FJP, a nova série sobre dados de déficit habitacional no Brasil engloba resultados obtidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) e da coleta do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Entre os anos de 2016 e 2019, houve um aumento de 1,3% neste déficit. Para o ano de 2019, foram estimados 5,8 milhões de domicílios em condições inadequadas, representando 8% dos estoques particulares permanentes ou improvisados. Em destaque, os centros urbanos dos estados e as regiões do

⁴ Para FJP, o déficit habitacional indica o quantitativo para construção de novas moradias com base nos estoques de moradias inadequados. As condições de déficit habitacional quantitativo devem-se considerar: habitação precária (domicílios rústicos ou improvisados), coabitação (famílias que vivem com outras ou dividem imóvel com outra e tem intenção de se mudar), ônus excessivo com aluguel (inquilinos que possuem dispêndio superior de 30% da sua renda familiar) adensamento excessivo em domicílios alugados (domicílios alugados com número médio de moradores superior a três pessoas por dormitório). As condições qualitativas envolvem questões de infraestrutura urbana adequadas (energia, água, coleta de lixo e esgotamento sanitário), inadequação fundiária, adensamento excessivo com mais de três pessoas por dormitório e infraestruturas com coberturas improvisadas com madeira, zinco, lata ou palha.

Norte e Nordeste possuem maiores índices relativos, com 12,9% e 9,2%, respectivamente (FJP, 2021).

Com base nesse diagnóstico, Ribeiro (2021) enfatiza que a questão habitacional em aglomerados subnormais em Salvador deve ser abordada com cautela. Para a autora, na ausência de novos empreendimentos habitacionais, os imóveis devem ser regularizados, seja pela ausência da posse da terra ou ausência de documento comprobatório do imóvel. No entanto, o conjunto de fatores urbanísticos deve se relacionar às requalificações das áreas urbanas ocupadas para propiciar a oferta de instrumentos públicos à população, em especial da regularização da área sem a migração da família do espaço.

Com base na pesquisa de Santos (2018) sobre o Centro da Cidade de Salvador, o autor descreve como se deu o desenvolvimento da cidade alta em detrimento da cidade baixa. A partir do século XX, resultou no que se intitulou de aglomerados subnormais com habitações sem a devida regularidade e segurança jurídica, dispêndio mais alto das famílias para pagamento de aluguéis e carência de serviços públicos essenciais.

A formação da cidade, a partir da interpretação da literatura de Santos (2018), demonstra uma cidade que se desenvolveu com uma estrutura urbana muito particular, coexistindo bairros de renda alta e baixa como vizinhos ao mesmo tempo em que se observa um alto nível de segregação social e econômica. Ou seja, não somente é visto o crescimento da cidade alta em detrimento da cidade baixa, mas como os locais passaram a coexistir por meio de realidades distintas, a exemplo de regularidade do espaço, renda, acesso a infraestrutura econômica e social.

Pelas estatísticas do Censo Demográfico de 2010, do IBGE, eram 6.329 aglomerados subnormais distribuídos por 323 municípios brasileiros, com as regiões metropolitanas concentrando 88,2% dos mesmos. Além disso, para o ano de 2020, o IBGE estima que a Região Metropolitana de Salvador (RMS) tem déficit habitacional estimado em 109 mil domicílios. Entre a composição deste, o ônus excessivo com aluguel representa 64,5%, componente predominante nas capitais brasileiras, bem como conta com a predominância da participação feminina na responsabilidade de domicílios considerados de características inadequadas para moradia⁵.

⁵ Em 2020, o IBGE divulgou a Nota Técnica 01/2020, tendo por tema os Aglomerados Subnormais 2019. Trata-se de uma antecipação de resultados a partir do mapeamento preliminar dos Aglomerados Subnormais, feito pelo IBGE como preparação para a operação do Censo Demográfico de 2020, adiado para 2021, em razão da pandemia de COVID-19. Esta versão incorpora atualizações até dezembro de 2019 e é formada por 13.151 aglomerados

3.1 DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”

Esta seção se propõe a analisar a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida e seus resultados preliminares para o Brasil. Em seguida, são apresentados os números de entregas de casas populares na cidade de Salvador e como elas estão dispostas na geografia da cidade.

No ano de 2009, o Governo Federal buscou alternativas mais robustas para elevar o estoque quantitativo de habitações no país para famílias de até 10 (dez) salários-mínimos, com foco na redução do déficit habitacional das camadas mais baixas, por meio do programa “Minha Casa, Minha Vida”. É importante destacar que neste ano o mundo convivia com uma grave crise econômico-financeira, o que demandou a adoção de medidas anticíclicas pujantes para a manutenção dos níveis de emprego e renda. Isso foi possível com este tipo de política pública, haja vista os efeitos de curto prazo para o fomento da construção civil.

O diagnóstico da proposição do programa⁶ apresentava alternativas a fim de suprir as falhas de mercado para acesso à habitação com novas linhas de crédito a esta parcela da população mais pobre. Além disso, previa cotas estatais em fundo de financiamento próprio para tal destinação e mecanismos de segurança institucional adequados a serem oferecidas às famílias para mitigar as restrições de crédito no ano da criação, bem como para regularização fundiária e direito à moradia.

A partir das legislações competentes, o MCMV foi normatizado e lançado para o atendimento à população brasileira com três⁷ faixas de renda familiar. Dentre elas, a Faixa 1 compreende as famílias com até 3 (três) salários-mínimos (SM), com subsídio governamental elevado, taxas e emolumentos para registro reduzidos, quando não inexistentes; a Faixa 2, para famílias entre 3 (três) e 6 (seis) SM; e a Faixa 3 para atendimento das famílias entre 6 e 10 SM com ausência de benefício. E, além disso, o programa conta com a estrutura para previsão de construção de habitações para as áreas urbana e rural.

É válido ressaltar a importância da intermediação da Caixa Econômica Federal como gestora operacional do programa e a existência do Fundo Garantidor da Habitação (FGHab) como

subnormais. Esses aglomerados estão localizados em 734 municípios, em todos os estados e no Distrito Federal, e totalizam 5.127.747 domicílios. Em Salvador, são 375.291 domicílios ocupados em Aglomerados Subnormais, representando 41,83% do total de domicílios ocupados.

⁶ Exposição de Motivos Interministerial nº 33/2009/MF/MJ/MP/MMA/MCidades http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Exm/EMI-33-MF-MJ-MP-MMA-Mcidades-09-Mpv-459.htm.

⁷ Em 2016, de acordo com o Governo Federal, foi criada uma linha: a Faixa 1,5 para financiamentos com famílias que possuem renda fixa de R\$ 2.400 reais.

instrumento garantidor às famílias em momentos de instabilidade financeira domiciliar (ROCHA, 2018).

De acordo com os estudos da FJP (FJP, 2021), encontra-se no nível de renda de até 3 SM os maiores índices de déficit habitacional no Brasil. Por isso, a Faixa 1 teve foco na construção de habitações para os mais pobres e contava com nível de financiamento estrito do Orçamento Geral da União (OGU), prazo para prestações em 120 meses e sem pagamento de juros. No início do programa, em 2009, a renda familiar para atendimento da Faixa 1 era de até R\$ 1.395,00. Na sua última atualização, em 2019, o valor passou para até R\$ 1.800,00 reais.

Outro adendo importante para as habitações da Faixa 1 versa sobre o processo do empreendimento habitacional. Neste caso, é de responsabilidade do ente federado a proposição do projeto para o conjunto de casas. Em muitos casos, cabe a ele o processo de triagem, seleção e ampla divulgação para envio das famílias ao agente financeiro responsável pela celebração dos contratos.

Desta forma, pela elevada demanda por habitações nos municípios brasileiros para essa faixa, o método de sorteio é adotado nos processos de seleção das prefeituras e posteriormente enviado à Caixa Econômica Federal. Tal diretriz é estabelecida pelo Governo Federal para utilização dos elevados subsídios do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

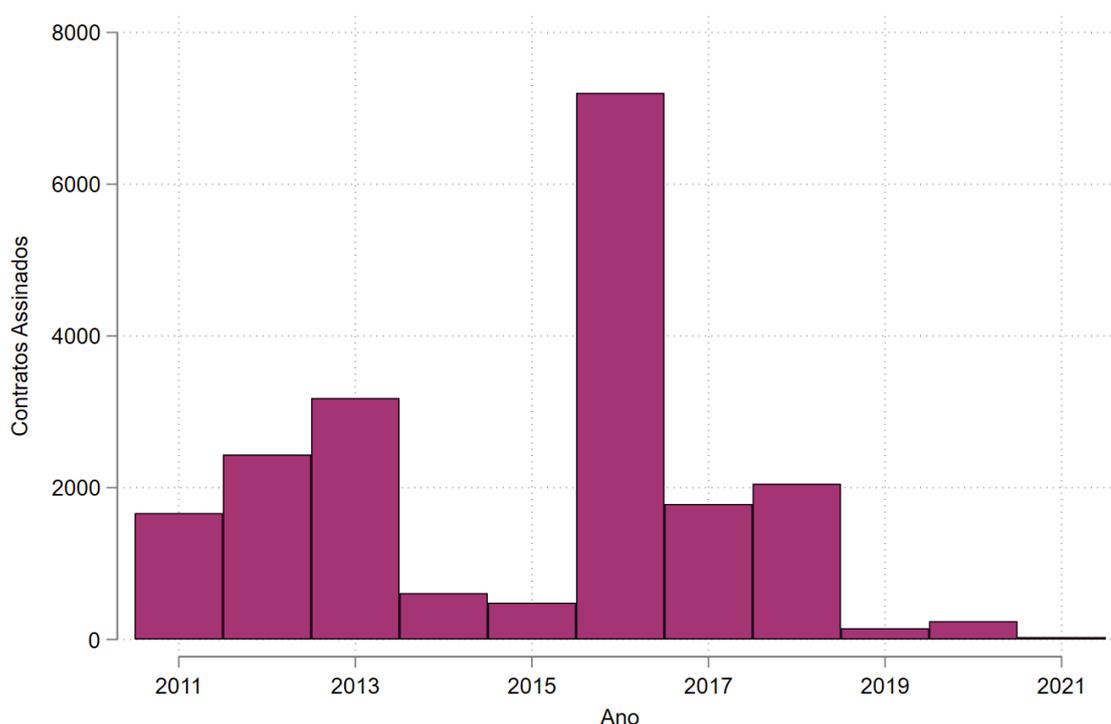
As maiores cidades brasileiras, principalmente aquelas com número superior a 200 mil habitantes, possuem cadastro habitacional fixo com atualização a cada sorteio de empreendimento habitacional por conta da alta demanda. Além disso, cabe ao município oferecer a infraestrutura social para prover mais oportunidades às famílias que migrarem ao conjunto do projeto previsto.

Ao total, segundo os dados oficiais do programa (BRASIL, 2020), 5,5 milhões de unidades habitacionais (UH) foram contratadas no Brasil, sendo 4,3 milhões entregues. Cerca de 91% das UH do programa se concentram entre a Faixa 1 e Faixa 2, com destaque para a segunda, com 3,1 milhões de UH contratadas a taxas de juros mais reduzidas, beneficiando famílias com renda superior a 3 salários-mínimos.

A Faixa 1 equivale a um terço destas UH contratadas, com 78% destas entregues ao longo do país. A dependência da OGU para a construção das habitações, a correlação de forças políticas para viabilidade do financiamento e os instrumentos jurídicos estabelecidos para contratação por parte do setor público acabam por não beneficiar as famílias de renda familiar mais baixa, atrasando algumas obras ao longo do período.

Das literaturas em destaque até aqui, os municípios brasileiros com maior estoque de terrenos ociosos e céleres na produção dos projetos habitacionais obtiveram êxito. A cidade do Rio de Janeiro é destaque com mais de 100 empreendimentos ao longo da cidade destinados para habitações da Faixa 1, alvo, assim, dos demais estudos (ROCHA, 2018) sobre a avaliação do programa no Brasil.

Figura 1 - Quantitativo de contratos assinados com a Caixa Econômica Federal de Unidades Habitacionais da Faixa 1 em Salvador, entre 2011 e 2020.



Nota: O eixo “Ano” na Tabela se refere ao ano da primeira assinatura registrada no sistema da CEF para o imóvel.
Fonte: CEF. Elaboração própria.

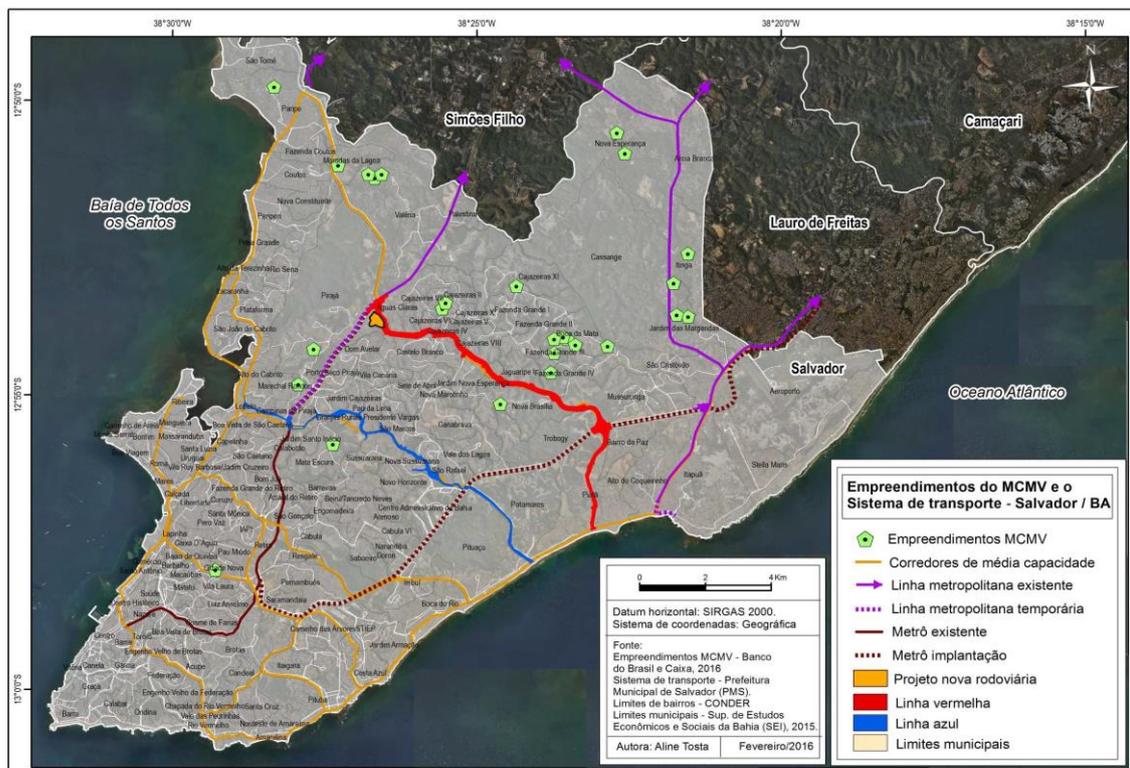
Desde 2011, Salvador registra 37 empreendimentos, distribuídos por 25 bairros com mais de 19 mil famílias beneficiadas com contratos assinados com a Caixa Econômica Federal pela Faixa 1⁸, independentemente de serem projetos habitacionais produzidos pelo Governo do Estado ou Prefeitura de Salvador. Como se pode observar na Figura 1, entre 2016 e 2018 foram os anos com mais contratos assinados pelo programa, com destaque para o ano de 2016 quando foram feitas 7.203 assinaturas de imóveis da Faixa 1 do MCMV.

⁸ Ver na Tabela 10 nos Apêndices para o total de contratos assinados dos indivíduos que correspondem a Faixa 1 dos empreendimentos habitacionais construídos na cidade através do Programa “Minha Casa, Minha Vida”

Os níveis de registro de contratos assinados pela CEF por ano demonstram falta de regularidade durante o período demonstrado, pois, logo nos três primeiros anos do programa, cerca de 38% de contratos foram assinados e, ao longo do tempo, obstáculos que são observados na dependência dos recursos federais e demais entraves institucionais, entre pagamentos a fornecedores a execução da obra, confirmam o pequeno número de contratos nos anos posteriores e a retomada apenas em 2016.

Com foco no objeto da análise, o sorteio de unidades habitacionais não foi o único formato de seleção para os empreendimentos localizados na cidade de Salvador. Há de se destacar, primeiro, que as primeiras triagens foram feitas pelo Governo do Estado da Bahia desde 2009, dividindo, para tanto, os grupos orientados por movimentos organizados por moradia popular em seus cadastros e, caso a família cumprisse os requisitos, conquistavam o direito da casa popular; e, segundo, por quota de seleção por meio de destinação através de sorteio com base no cadastro habitacional eletrônico. Além disso, do total de casas disponíveis, metade delas eram divididas com a Prefeitura do Município para proceder a sua seleção.

Figura 2 - Empreendimentos habitacionais do MCMV em Salvador e obras de infraestrutura



Fonte. Tosta (2016)

Somente nos registros de sorteio do município a partir de 2015, a utilização do método aleatório é vista com uniformidade para a seleção das famílias cadastradas à habitação popular. A referência, que serviu para a concepção das loterias, tem origem no próprio cadastro habitacional do município e seguiu as orientações do Ministério das Cidades.

A seleção do Governo do Estado ocorreu com maior intensidade entre os primeiros anos para os conjuntos habitacionais na cidade. O meio para selecionar as famílias foi dividido entre famílias cadastradas por movimentos sociais e, também, por chamada de seleção pública por meio de sorteio do banco de dados do Governo.

Santos (2014), em investigação qualitativa nos primeiros conjuntos habitacionais entregues, conclui que há construções em terrenos “periféricos” com maior distância de bairros consolidados, sem infraestrutura social apropriada. Os autores sugerem através das entrevistas destacadas que a falta de emprego pode prejudicar a moradia e aumentar a inadimplência da prestação do imóvel, pois a família precisa arcar com as prestações da casa. E, muitas vezes, por não conseguir adimplir com suas obrigações, a família abandona o apartamento ou vende por mecanismos não legais.

Na maioria dos casos, os bairros escolhidos para os projetos se localizam em ambientes com quantidade elevada de aglomerados subnormais da cidade, observado na pesquisa de Tosta (2016). A autora constrói uma pesquisa e apresenta uma dimensão socioespacial e estudo de legislações urbanísticas em relação aos empreendimentos habitacionais da cidade, como pode ser visto na Figura 2. De fato, os principais conjuntos habitacionais da cidade estão isolados, distantes de polos econômicos municipais, mas conectados à infraestrutura de novos corredores de ônibus, metrô e expansão da nova rodoviária, por exemplo.

Assim, a formação dos aglomerados subnormais na cidade tornou a convivência comum de bairros limítrofes com características econômicas distintas e ocupações sem a devida regularização. Com isso, como alternativa de solucionar o déficit habitacional, pode-se perceber que a constituição de políticas habitacionais no Brasil tem um marco com a criação do MCMV, em 2009. Em virtude disso, ao menos na cidade de Salvador, novos projetos tiveram que ser executados em espaços mais distantes dos centros econômicos da cidade, o que não favoreceu a integração desses ambientes ao tecido urbano.

4 METODOLOGIA

Este capítulo corresponde aos aspectos metodológicos da pesquisa com intuito de avaliar o impacto do programa “Minha Casa, Minha Vida” no mercado de trabalho formal em Salvador. Assim, divide-se três seções, a saber: a descrição da base de dados, a estratégia empírica e a análise descritiva dos dados para construção das loterias. A princípio serão apresentadas as bases de dados utilizadas, as regras do MCMV na cidade de Salvador e a construção da base final obtida pela junção das demais. Em seguida, será apresentada a estratégia de identificação empregada nesta pesquisa. Por fim, a terceira seção descreve a formação das loterias, através das regras que foram previamente editadas pelos governos, juntamente com os resultados do balanceamento da amostra.

4.1 BASES DE DADOS

Esta seção busca descrever os procedimentos empregados na construção da base de dados utilizada na pesquisa. A análise do MCMV em Salvador fez uso de dados administrativos autorizados pelos respectivos entes governamentais responsáveis, por intermédio de processos administrativos via Lei de Acesso à Informação. Dentre as bases de dados tem-se: i) o Cadastro Habitacional “Casa Vida” do Município de Salvador (cadastros até 2019.2); ii) lista de contratados pela Caixa Econômica Federal; e iii) a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) identificada por trabalhador e estabelecimentos, de responsabilidade do Ministério da Economia.

O Cadastro Habitacional do Município possui intervalo temporal de registros oficiais desde 06/05/2009 até 05/07/2019. As variáveis desta base contêm diversas informações socioeconômicas do representante familiar no registro administrativo, tais como sua escolaridade, fonte de renda, nível salarial e características da habitação no ato do cadastro da família (como a situação da moradia atual, a sua tipologia e se há riscos na casa).

Com isso, a base de dados referente ao Cadastro Habitacional é formada pelas pessoas que buscaram de alguma forma o registro, demonstrando interesse perante o ente público pela habitação popular, e, por meio de autodeclaração, forneceram as suas informações ao município de Salvador. A título de conhecimento, essa base possuía, no segundo semestre do ano de 2019, mais de 347 mil indivíduos cadastros desde 2009.

A lista de contratados pela Caixa Econômica para a Faixa 1 contém dados referentes à situação contratual do beneficiário perante a instituição financeira, tais como nome completo do

beneficiário, data da assinatura, condições de financiamento em relação ao prazo, valor da prestação, renda familiar média e localidade do empreendimento. Ela é formada somente após o envio das informações pelo ente público que realizou o procedimento de sorteio para validação do agente financeiro acerca da veracidade das informações para assinatura do contrato.

Quanto às informações relativas ao mercado do trabalho, a base de dados da RAIS identificada é considerada desde o período de 2017 a 2019. Essa base de dados administrativos é responsável por conter um relatório com todas as informações de indivíduos registrados no mercado de trabalho formal brasileiro. O empregador é responsável anualmente por fornecer as informações relacionadas ao contrato de trabalho, a exemplo de informações de rendimento do trabalho, seja anual ou mensal, setor de trabalho do emprego, horas contratadas, período do vínculo, natureza do vínculo e informações sobre o estabelecimento (localidade e registro do número da pessoa jurídica, por exemplo).

Em um primeiro momento, o *matching* para a construção da base de dados da pesquisa necessitou combinar os dados do mercado de trabalho e do Cadastro Habitacional do Município de Salvador por meio do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) válidos, regras de elegibilidade do programa e cruzamento com a base de dados da RAIS.

Ocorreu que o cruzamento das bases de dados apresentou inconsistências, pois, por exemplo, nomes de pessoas apresentavam diferença, mesmo com o número de CPF igual. Dessa forma, o mesmo número de CPF representava mais de uma pessoa com nome diferente entre as bases de dados.

Ademais, cabe ressaltar que todo registro administrativo possui imperfeições, sobretudo aquele registrado pelo empregador na base de dados da RAIS sem a devida validação. Em virtude disso, quaisquer incoerências no cruzamento das bases de dados foram validadas por atribuições do indivíduo, seja por CPF inválido ou pela confirmação de indivíduos pelo nome completo, sexo e data de nascimento realizadas ano a ano.

Com isso, gerou-se uma variável para auxiliar a identificar o tamanho da magnitude do problema que se refere a quantidade de registros que não tiveram *matching* perfeito, ou seja, aquele que o CPF não foi exatamente igual entre as bases de dados. Esse obstáculo foi solucionado da seguinte maneira: as variáveis de nome das bases de dados foram transformadas em duas novas com variáveis com os nomes sem espaçamento e caracteres especiais para se verificar a distância entre letras de cada variável quando comparado a outra. Logo, os registros

de cada pessoa por CPF que possuam menor distância entre as letras tinham maior probabilidade de ser a pessoa na base de dados da RAIS e da Casa Vida.

A fim de buscar uma maior probabilidade do *matching* de cada registro, outras variáveis como sexo e a confirmação do primeiro nome da pessoa nas duas bases de dados contribuíram para o êxito do aumento da probabilidade de confirmação. Esta foi a maneira que permitiu uma segunda checagem para se alcançar maior segurança das informações com duplicidade ou omissão na base de dados trabalhadas.

Além disso, é válido ressaltar que a base de dados da RAIS pode possuir um ou mais registros da mesma pessoa no ano, porque ela armazena a movimentação anual dos trabalhadores formalizados. Ou seja, a mesma pessoa pode ter tido mais que um vínculo de trabalho formal e, certamente, haverá uma duplicidade da sua informação na base de dados.

Com o propósito de finalizar o painel, realizou-se uma junção com informações médias da mesma pessoa, a partir do cruzamento explicitado acima. As informações contidas no registro do painel de dados, após à junção, são relacionadas a renda no mercado formal, emprego no último dia do ano em algum registro, quantidade de vínculos no ano, CEP e bairro da cidade do último vínculo.

O georreferenciamento construído neste estudo possui informações das duas bases de dados. A primeira refere-se ao CEP disponibilizado pelo usuário no ato de cadastro no “Casa Vida” para poder comparar com a moradia anterior da família. Para encontrar e georreferenciar os locais de trabalho, adotou-se o CEP e o bairro do local de trabalho, que são encontrados na RAIS dos indivíduos adultos beneficiados pela política pública.

Neste caso, mesmo com a disponibilidade da RAIS na descrição das características individuais, como sexo, idade e escolaridade, a base do “Casa Vida” contém características observáveis. Pois, ela é a responsável por responder aos critérios de pontuação para a formação de grupos diferentes na ponderação do sorteio. Com isso, a base de dados municipal de demanda individual por habitação foi utilizada como a descrição de cada indivíduo para fins de balanceamento de controle de suas características. Sua importância para o trabalho é tamanha, porque, além oferecer as informações supracitadas, apresenta dados sobre a habitação antes da migração da família.

Por fim, em torno de 32% dos registros da base de dados do “Casa Vida” e da RAIS tiveram, anualmente, um cruzamento perfeito, ou seja, essa é proporção encontrada por ano no mercado formal da cidade de Salvador. Esses dados não estão distantes quando comparados aos

oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos resultados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do ano de 2019, que apresenta a proporção de informalidade de 42% em Salvador (IBGE, 2020b). Quando comparados ao mesmo ano no Cadastro Habitacional, a proporção é de 39% de informalidade.

Em um segundo momento, foram formados os grupos para sorteios com os critérios vigentes nas legislações de cada edital, para a seleção por meio dos dados do Cadastro Habitacional do Município. Assim, tem-se a possibilidade de construção das loterias, conforme descrito nos editais de aviso de realização da seleção de candidatos a beneficiários do MCMV publicados nas edições do Diário Oficial do Município (DOM). Cada sorteio seleciona famílias para as vagas nas listas principal e de reserva do cadastro para habitações em níveis de renda da Faixa 1, que não possuam imóvel próprio e não podem ter recebido quaisquer outros benefícios de natureza habitacional dos recursos do FAR.

As regras do sorteio estão sempre nítidas em cada edital, tal como quais as pessoas presentes que estarão naquele sorteio, respeitados os critérios de priorização previstos na legislação federal e municipal, empreendimentos relacionados e quantidade disponível para lista principal e reserva.

A título de exemplo, mesmo que a pessoa tenha feito seu registro para demanda de habitação popular em um período, a sua seleção está sujeita a determinação do intervalo previsto no edital do período quanto ao seu cadastro e/ou a sua atualização dele. Suponha que um indivíduo tenha feito o cadastro em ano muito anterior, caso o seu registro não esteja em conformidade ao intervalo de atualização do cadastro conforme o edital prevê, por exemplo, ele não fará parte da linha de corte de período para o sorteio.

Quanto aos grupos de priorização, as legislações federal e municipal⁹ estabelecem critérios a fim de eleger a formação para a seleção. Inicialmente, há dois tipos de reserva de vagas. A primeira é que 6% se destinam para pessoas idosas e 6% a pessoas com deficiência. Segundo, é estabelecida a quantidade de vagas por meio dos critérios associados às características pessoais com base na constituição das famílias: a) aquelas residentes em áreas de risco, ou insalubres, ou que tenham sido desabrigadas; b) aquelas com mulheres responsáveis pela unidade familiar; c) famílias das quais fazem parte pessoa(s) com deficiência(s); d) indivíduos em situação de rua; e) famílias com filho(s) em idade inferior a 18 (dezoito) anos; f) pessoa(s)

⁹ Portaria nº 412, de 07 de agosto de 2015, do pelo Ministério das Cidades, e Decreto Municipal de Salvador nº 27.089, de 11 de março de 2016 (BRASIL, 2015; SALVADOR, 2016).

com doença crônica incapacitante para o trabalho. Os critérios devem ser determinados e confirmados por autodeclaração, laudo médico e declaração do ente público. Em suma, todos esses critérios possibilitam a maior pontuação para cada inscrito, com máximo de seis pontos.

No ensejo, as pessoas registram pontos que variam de 0 a 6 para atendimento dos critérios de cada sorteio. É possível perceber uma classificação entre os critérios para formação dos sorteios dos indivíduos que se cadastraram no sistema da Prefeitura de Salvador com o interesse em uma habitação popular.

Dessa forma, também consta na previsão do edital quais são os empreendimentos habitacionais referidos, a quantidade das pessoas que serão sorteadas, como também a quantidade do grupo principal e reserva prevista no edital do sorteio. Com isso, os sorteios são para os grupos mencionados anteriormente, constituídos e ordenados com a sua ordem de sorteio na seleção aleatória.

A lista de reserva do sorteio é composta pelos vencedores do sorteio, no entanto, não se encontram na prioridade quando comparado ao grupo principal, ou seja, foram sorteados, mas são suplentes. Isso demonstra que nem todo sorteado é beneficiado desta política pública por motivos nítidos: falta de interesse do indivíduo na migração para o empreendimento, falta de comunicação ou dificuldade de acesso à publicação do Diário Oficial do Município, não cumprimento dos critérios obrigatórios e necessários para a comprovação perante a CEF.

Como os atos de cadastro e atualização são feitos por autodeclaração em ambiente virtual, a informação pode não condizer com a realidade e, por consequência, a pessoa pode perder o direito da habitação popular. Por isso, a lista de espera é utilizada com a finalidade de trocar os sorteados da lista principal em caso de inexigibilidade, não comparecimento no período (dia e horário) destinado para apresentação de documentos ou desistência da pessoa.

Para mais, são observados o número de participantes (com base no período de data de cadastro e atualização especificado em cada edital), o número de vencedores e o número de beneficiados na base de dados.

Um ponto de destaque entre as bases é a pertinência das pessoas que não venceram em um sorteio e estiveram presentes no outro com a possibilidade de ganhar a habitação, afinal é uma base de dados de demandas de casas populares. Desta maneira, qualquer sorteio posterior tem a tendência de possuir mais pessoas, assim também o indivíduo pode participar novamente, desde que não tenha sido beneficiado da política pública em qualquer outra seleção realizada anteriormente.

Após a construção da base de dados de cada sorteio com seus respectivos vencedores, estes têm a sua confirmação enquanto beneficiados em um terceiro momento de análise, visando ter exatidão dos contratos assinados. E caso a pessoa se torne uma beneficiada do programa, é retirada da aptidão para participar de um sorteio subsequente.

Se porventura a pessoa tenha sido beneficiada por outro edital diferente desses apresentados, não será considerada por esse trabalho. Ressalta-se também que esta pesquisa não leva em consideração os grupos de cotas de idosos e pessoas com deficiência.

Ademais, a forma de escolha aleatória de vencedores do sorteio e beneficiários da política pública de habitação popular permite uma estratégia de identificação para avaliar este programa habitacional. Na evidência desse trabalho consiste no comportamento do mercado formal e a sua relação, proveniente de uma ação estatal para atender as necessidades dos indivíduos, visto o déficit habitacional e a formação de aglomerados subnormais.

4.2 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Na avaliação de políticas públicas, a construção do resultado potencial dos grupos de tratamento e controle consiste em comparar os que foram beneficiados pelo programa com os que não receberam a intervenção, mas poderiam ter recebido. No entanto, a fim de apurar a causalidade do programa quanto ao seu impacto sobre determinada variável (por exemplo, comparar a probabilidade de estar empregado no mercado de trabalho formal) é preciso se atentar ao viés de seleção, que pode ser encontrado na diferença de características entre os grupos (ANGRIST; PISCHKE, 2008).

Vale ressaltar que, ao comparar os dois grupos a fim de buscar o efeito do programa, a diferença de média entre o grupo tratado e o grupo controle pode incluir um viés de seleção quando se busca explicar o resultado almejado. Assim, há uma parte em geral não observável e de difícil mensuração que é necessário levar em consideração para que se possa isolar um efeito causal. Um exemplo clássico seria avaliar um programa em que o Estado tenha um poder de escolha em relação aos beneficiários e a sua decisão leve em consideração fatores não observáveis pelo pesquisador. Caso isso aconteça, tem-se dois grupos de comparação que não são realmente comparáveis.

Ocorre que para o MCMV há um excesso de demanda para a aquisição de casas populares e não é possível atender a todos os pretendentes. Neste caso, os indivíduos que recorrem a esta política pública estão submetidos às regras do Estado que, neste caso, opta pelo sorteio para

selecionar os seus beneficiários e a sua alocação em empreendimentos populares construídos por ele.

A aleatorização para o programa possui critérios de seleção em que pessoas e famílias com determinadas características formam pontos a partir das suas particularidades. Com nitidez, não seria como “jogar uma moeda para cima” e supor antes do resultado que cada família possui 50% de chances em obter êxito no sorteio, pois uma família que responda todos os seis critérios possui mais chances do que outra que cumpra apenas dois critérios, por exemplo.

A fim de controlar pelos critérios de elegibilidade do MCMV, a amostra foi dividida nos grupos pertinentes e foi realizado o balanceamento por entropia, visando homogeneizar os dados em termos de média, variância e assimetria de um conjunto de variáveis selecionadas (HAINMUELLER, 2012).

A proposta de metodologia do trabalho segue a estratégia empírica proposta por Rocha (2018) e Belchior (2019) para avaliar os sorteios de habitações populares no município do Rio de Janeiro. Os autores buscaram instrumentalizar a adesão ao programa a partir dos vencedores de cada loteria. Em vista disso, o parâmetro β^{TOT} é responsável por capturar o efeito médio local dos que se tornaram beneficiados (se mudaram) em linha com o resultado do sorteio, em relação aos que não migraram.

Assim, busca-se nesta pesquisa estimar um efeito local médio do tratamento (*Local Average Treatment Effect* - LATE) usando como instrumento uma variável que indica os vencedores de cada sorteio (ANGRIST; IMBENS; RUBIN, 1996). Em outras palavras, avalia-se o efeito do MCMV sobre os *compliers*, aqueles indivíduos que foram sorteados pelo programa e de fato assinaram o contrato da nova habitação.

Inicialmente, foi empregada uma estimação por OLS para se obter uma estimativa de intenção de tratar (*Intention-to-Treat* – ITT) do MCMV. A metodologia é responsável por capturar o efeito daqueles que venceram o sorteio e receberam convite para participar do programa de habitação oferecida pelo Estado. O modelo foi especificado da seguinte forma:

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta^{ITT} W_{it} + \gamma X_{it} + \alpha_t + \alpha_e + \mu_{it} \quad (4.1)$$

Em que: Y_{it} representa a variável de interesse (*outcome*) indivíduo i no tempo t , correspondente às variáveis de mercado de trabalho (probabilidade de ser empregado no ano e probabilidade de estar empregado no último dia do ano); W_{it} é uma *dummy* que indica se a pessoa foi

vencedora do sorteio em questão; X_{it} é um vetor de variáveis de controle; α_t e α_e representam efeitos fixos de período e empreendimento; μ_{it} é um termo de erro aleatório; e β_0 , β^{ITT} e γ são parâmetros a serem estimados.

O parâmetro β^{ITT} é estimado para avaliação do programa quanto ao mercado de trabalho e o acompanhamento do indivíduo durante 24 meses posterior ao evento da sua migração. No entanto, os indivíduos podem, por algum motivo, declinar de ter acesso à habitação fornecida pelo sorteio MCMV. Isso ocorre pois há critérios que devem ser cumpridos para se tornar vencedor e, posteriormente, beneficiário.

Tendo isso em vista, busca-se captar o *Treatment on the Treated* (TOT) ao se estimar, em um segundo momento, o parâmetro β^{TOT} , que fornece o impacto do programa para aqueles que venceram o sorteio e decidiram assinar o contrato da política pública, tornando-se beneficiários do MCMV. A especificação do modelo é dada por:

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta^{TOT}Treat_{it} + \gamma X_{it} + \alpha_t + \alpha_e + \mu_{it} \quad (4.2)$$

Assim, a variável $Treat_{it}$ representa a assinatura do contrato perante a instituição bancária para o MCMV, que, por meio de uma estimação em dois estágios (*two-stage least squares - 2SLS*) usa W_{it} (a *dummy* de resultado do sorteio) como variável instrumental.

As variáveis de interesse, bem como as demais variáveis de controle, serão descritas em detalhes mais à frente.

4.2.1 Balanceamento por entropia

Conforme discutido sobre as regras do MCMV, existem indivíduos com mais chances de vencer na loteria devido aos critérios de pontuação pré-estabelecidos. Isso quer dizer que, por exemplo, uma pessoa que cumpra todos os critérios agrega um número maior de pontos e, por consequência, maiores chances de ser sorteada.

Sendo assim, os indivíduos em um dado sorteio exibem chances diferentes de serem sorteados por conta de algumas características observáveis. A fim de tentar solucionar essa fonte de viés de seleção, empregou-se o balanceamento por entropia proposto por Hainmueller (2012).

Tal procedimento consiste em um método multivariado de reponderação amostral para calcular pesos de comparação do grupo de controle e tratamento, visando tornar a amostra mais homogênea em termos de um conjunto de variáveis selecionadas. A vantagem deste método em

relação aos procedimentos usuais de *matching* é a possibilidade de balancear a amostra não apenas na média, mas também no segundo (variância) e terceiro (assimetria) momentos da distribuição das variáveis.

4.3 ANÁLISE DESCRITIVA

Entre os anos de 2016 e 2017, três sorteios foram realizados pela Prefeitura de Salvador e, dessa forma, três loterias distintas foram construídas com base nos critérios previstos por cada edital de seleção para sorteio. Os sorteios são vistos na Tabela 1 com suas respectivas características entre período para participantes, ganhadores e beneficiados.

Quando se refere a amostra de cada sorteio, o número de participantes é distinto porque eles precisam cumprir os requisitos de participação em cada um. Estes requisitos são relacionados à data de cadastro e data de atualização na base de dados do cadastro habitacional, então, como pode ser visto na Tabela 1, o requisito é cumprido para os que possuem um intervalo de 24 meses, anterior à data do sorteio, de atualização ou cadastro no sistema.

Ao passo que a Figura 3 ilustra a localização dos empreendimentos. No total, os editais versam sobre três empreendimentos de habitação popular: Residencial das Margaridas, Residencial Recanto do Luar e Residencial Ceasa III, IV, V. A maioria dos bairros escolhidos para os projetos residenciais são bairros populares, distantes dos centros comerciais da cidade.

Dentre os três, apenas o Sorteio 3 possui os três residenciais para sorteio. Os demais consideram apenas o Residencial das Margaridas, que possui 75% dos beneficiários analisados por este trabalho. Segundo o Censo do IBGE do ano de 2010, por exemplo, este residencial se encontra em um bairro intitulado de Jardim das Margaridas e se percebe que pela interpretação dos dados e área verde, há baixa quantidade de domicílios e pouca densidade demográfica (BAHIA, 2016).

Tabela 1 - Número de loterias do programa “Minha Casa, Minha Vida”

| LOTERIA | EDITAL | ANO | PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO* | AMOSTRA | VENCEDORES** | BENEFICIADOS*** | COMPLAINCE |
|------------------|---------------|------------|---------------------------------|----------------|---------------------|------------------------|-------------------|
| Sorteio 1 | 01/2016 | 2016 | 28/07/2014 a 28/07/2016 | 100.223 | 908 | 269 | 29,6% |
| Sorteio 2 | 06/2016 | 2016 | 21/11/2014 a 20/11/2016 | 110.108 | 1.211 | 187 | 15,4% |
| Sorteio 3 | 01/2017 | 2017 | 10/07/2015 a 09/07/2017 | 118.882 | 2.588 | 145 | 5,6% |

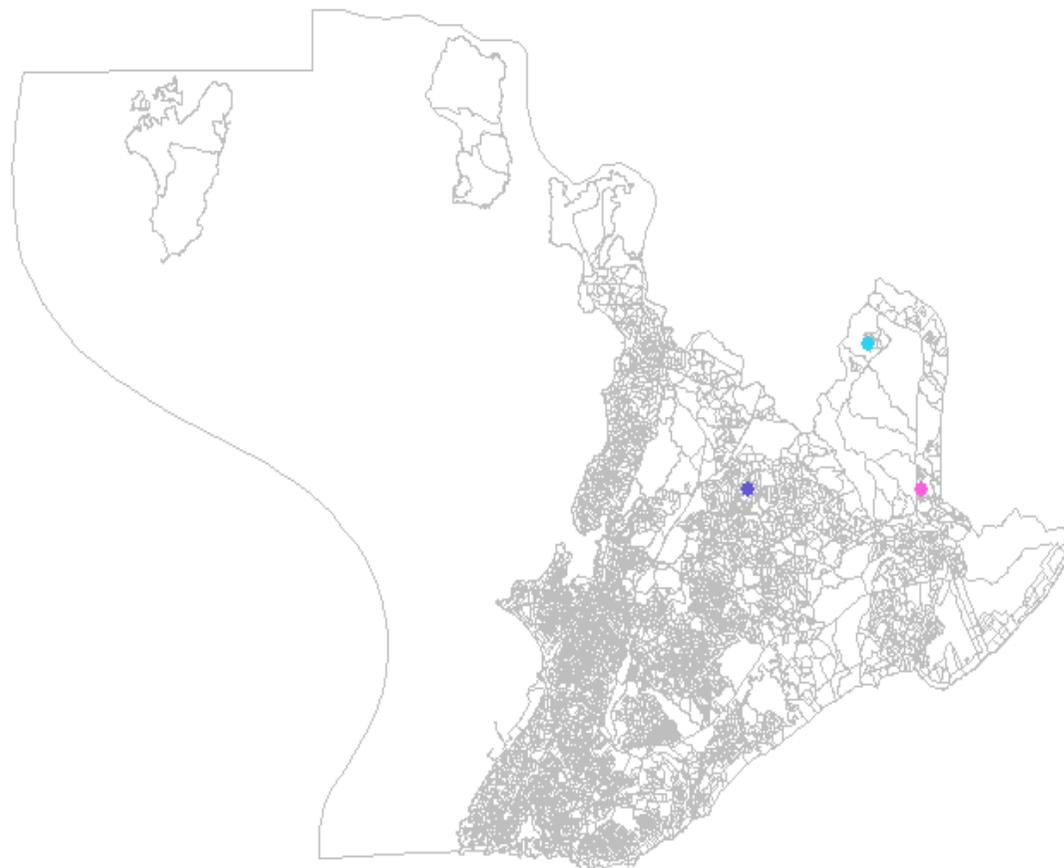
Fonte: PMS e CEF. Elaboração própria.

* A data é referente ao período de inscrição e/ou atualização do indivíduo no Cadastro Habitacional

**Vencedores do sorteio, coletados da base de dados da Prefeitura de Salvador, exceto o grupo de cotas para idosos e pessoas com deficiência

***Beneficiados do sorteio, coletados da base de dados da Caixa Econômica Federal de contratos assinados

Figura 3 - Localidade dos empreendimentos dos sorteios analisados



Nota: O Mapa refere-se ao Mapa de Bairros da Cidade. Em Rosa é o empreendimento Residencial das Margaridas; em Azul Piscina indica-se o empreendimento Cesa III, IV, V e em Lilás é o empreendimento Recanto do Luar.

Fonte: IBGE. PMS. Elaboração Própria

Além do mais, o Residencial Margaridas é o segundo maior empreendimento de habitação popular do MCMV em Salvador, considerando-se a quantidade de casas por cada projeto e contratos assinados no município.

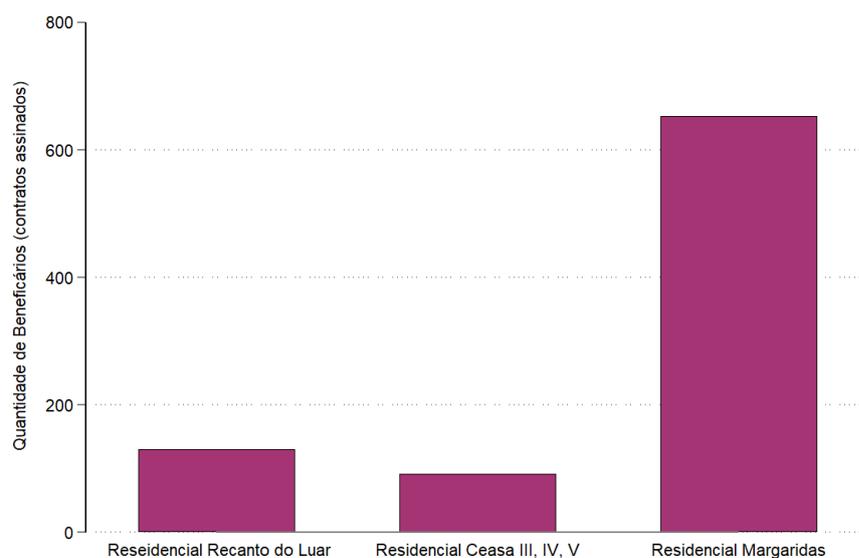
Desta forma, dos sorteios, 653 contratos assinados foram realizados no Residencial das Margaridas, 130 firmados para o Residencial Recanto do Luar e 92 para o Residencial Ceesa III, IV, V, observados na Figura 4 .

Assim, como demonstrado no capítulo anterior, a base da dados necessitou de balanceamento entre cada sorteio para os grupos de tratamento e controle das amostras. De tal maneira, identifica-se a diferença entre a média, variância e assimetria da distribuição de cada sorteio respectivamente nas Tabelas 2, 3 e 4.

No que concerne às três tabelas que apresentam o balanceamento dos sorteios, são demonstradas as variáveis que interferem na probabilidade de o indivíduo obter maiores pontuações para as loterias.

Além disso, variáveis de sexo, estado civil, escolaridade, situação de moradia e quantos pretendem residir após a migração são acrescentadas para fins de comparação do sorteio. Com o balanceamento entre os grupos de comparação entre tratados e controles, há um ajustamento das médias, da variância e assimetria das variáveis.

Figura 4 - Quantidade de beneficiários por empreendimento



Nota: Os contratos utilizados por este estudo não consideram a seleção feita por meio das cotas de doença crônica e idosos.

Fonte: PMS. Elaboração própria

Tabela 2 – Balanceamento por entropia para o sorteio 1

| Características | Pré-Balanceamento | | | | | | Pós-Balanceamento | | | | | |
|----------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|--------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|---------------|-------------------|--------------------|
| | Tratamento | | | Controle | | | Tratamento | | | Controle | | |
| | (1) Média | (2) Variância | (3) Assimetria | (4) Média | (5) Variância | (6) Assimetria | (7) Média | (8) Variância | (9) Assimetria | (10) Média | (11) Variância | (12) Assimetria |
| Idade | 36,85 | 115,7 | 0,6308 | 36,84 | 140,2 | 0,6276 | 36,85 | 115,7 | 0,6308 | 36,85 | 119,9 | 0,6449 |
| Mulher Responsável | 0,7008 | 0,2098 | -0,8768 | 0,4093 | 0,2418 | 0,369 | 0,7008 | 0,2098 | -0,876 | 0,7007 | 0,2097 | -0,8766 |
| Familiar com Deficiência | 0,3788 | 0,2354 | 0,4998 | 0,1221 | 0,1072 | 2,309 | 0,3788 | 0,2354 | 0,4998 | 0,3788 | 0,2353 | 0,4998 |
| Familiar sem deficiência crônica | 0,7955 | 0,1628 | -1,465 | 0,9672 | 0,0318 | -5,242 | 0,7955 | 0,1628 | -1,465 | 0,7955 | 0,1627 | -1,465 |
| Família em Situação de Rua | 0,0152 | 0,0149 | 7,938 | 0,0192 | 0,0189 | 7,001 | 0,0152 | 0,0149 | 7,938 | 0,0152 | 0,0149 | 7,938 |
| Filho menor de 18 Anos | 0,7538 | 0,1857 | -1,178 | 0,5383 | 0,2485 | -0,153 | 0,7538 | 0,1857 | -1,178 | 0,7538 | 0,1856 | -1,178 |
| Moradia em Local de Risco | 0,1629 | 0,1364 | 1,826 | 0,0922 | 0,0837 | 2,819 | 0,1629 | 0,1364 | 1,826 | 0,1629 | 0,1363 | 1,826 |
| Mulher | 0,8712 | 0,1123 | -2,216 | 0,7268 | 0,1985 | -1,018 | 0,8712 | 0,1123 | -2,216 | 0,8712 | 0,1122 | -2,216 |
| Divorciado | 0,0606 | 0,057 | 3,683 | 0,0403 | 0,0387 | 4,675 | 0,0606 | 0,057 | 3,683 | 0,0606 | 0,0569 | 3,683 |
| Médio Incompleto | 0,1477 | 0,126 | 1,986 | 0,1517 | 0,1287 | 1,942 | 0,1477 | 0,126 | 1,986 | 0,1477 | 0,1259 | 1,986 |
| Moradia Alugada | 0,4053 | 0,2412 | 0,3858 | 0,4165 | 0,243 | 0,3386 | 0,4053 | 0,2412 | 0,3858 | 0,4053 | 0,241 | 0,3858 |
| Residir com mais de 3 pessoas | 0,2992 | 0,2098 | 0,8768 | 0,2606 | 0,1927 | 1,091 | 0,2992 | 0,2098 | 0,8768 | 0,2992 | 0,2097 | 0,8768 |
| Cadastro superior a 5 anos | 0,0227 | 0,0222 | 6,405 | 0,0135 | 0,0134 | 8,419 | 0,0227 | 0,0222 | 6,405 | 0,0227 | 0,0222 | 6,405 |

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3 - Balanceamento por entropia para o sorteio 2

| Características | Pré-Balanceamento | | | | | | Pós-Balanceamento | | | | | |
|----------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|--------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|---------------|-------------------|--------------------|
| | Tratamento | | | Controle | | | Tratamento | | | Controle | | |
| | (1) Média | (2) Variância | (3) Assimetria | (4) Média | (5) Variância | (6) Assimetria | (7) Média | (8) Variância | (9) Assimetria | (10) Média | (11) Variância | (12) Assimetria |
| Idade | 35,9 | 103,9 | 0,448 | 36,67 | 141,7 | 0,615 | 35,9 | 103,9 | 0,448 | 35,9 | 112,1 | 0,659 |
| Mulher Responsável | 0,725 | 0,2 | -1,006 | 0,472 | 0,249 | 0,113 | 0,725 | 0,2 | -1,006 | 0,725 | 0,2 | -1,006 |
| Familiar com Deficiência | 0,506 | 0,25 | -0,022 | 0,117 | 0,104 | 2,378 | 0,506 | 0,25 | -0,022 | 0,506 | 0,25 | -0,022 |
| Familiar sem deficiência crônica | 0,64 | 0,231 | -0,585 | 0,963 | 0,035 | -4,937 | 0,64 | 0,231 | -0,585 | 0,641 | 0,23 | -0,586 |
| Família em Situação de Rua | 0,039 | 0,038 | 4,74 | 0,032 | 0,031 | 5,354 | 0,039 | 0,038 | 4,74 | 0,039 | 0,038 | 4,74 |
| Filho menor de 18 Anos | 0,787 | 0,168 | -1,398 | 0,529 | 0,249 | -0,116 | 0,787 | 0,168 | -1,398 | 0,786 | 0,168 | -1,397 |
| Moradia em Local de Risco | 0,253 | 0,189 | 1,137 | 0,101 | 0,091 | 2,649 | 0,253 | 0,189 | 1,137 | 0,253 | 0,189 | 1,138 |
| Mulher | 0,843 | 0,133 | -1,883 | 0,726 | 0,199 | -1,015 | 0,843 | 0,133 | -1,883 | 0,843 | 0,133 | -1,882 |
| Divorciado | 0,045 | 0,043 | 4,393 | 0,04 | 0,038 | 4,719 | 0,045 | 0,043 | 4,393 | 0,045 | 0,043 | 4,393 |
| Médio Incompleto | 0,185 | 0,151 | 1,619 | 0,158 | 0,133 | 1,876 | 0,185 | 0,151 | 1,619 | 0,185 | 0,151 | 1,619 |
| Moradia Alugada | 0,444 | 0,247 | 0,226 | 0,408 | 0,242 | 0,373 | 0,444 | 0,247 | 0,226 | 0,444 | 0,247 | 0,226 |
| Residir com mais de 3 pessoas | 0,236 | 0,18 | 1,244 | 0,259 | 0,192 | 1,103 | 0,236 | 0,18 | 1,244 | 0,236 | 0,18 | 1,244 |
| Cadastro superior a 5 anos | 0,022 | 0,022 | 6,444 | 0,014 | 0,014 | 8,297 | 0,022 | 0,022 | 6,444 | 0,022 | 0,022 | 6,444 |

Fonte: Elaboração própria

Tabela 4 – Balanceamento por entropia para o sorteio 3

| Características | Pré-Balanceamento | | | | | | Pós-Balanceamento | | | | | |
|----------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|--------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|---------------|-------------------|--------------------|
| | Tratamento | | | Controle | | | Tratamento | | | Controle | | |
| | (1) Média | (2) Variância | (3) Assimetria | (4) Média | (5) Variância | (6) Assimetria | (7) Média | (8) Variância | (9) Assimetria | (10) Média | (11) Variância | (12) Assimetria |
| Idade | 34,2 | 88,82 | 0,445 | 36,4 | 143,7 | 0,606 | 34,2 | 88,82 | 0,445 | 34,2 | 96,87 | 0,702 |
| Mulher Responsável | 0,797 | 0,162 | -1,476 | 0,545 | 0,248 | -0,179 | 0,797 | 0,162 | -1,476 | 0,796 | 0,162 | -1,472 |
| Familiar com Deficiência | 0,461 | 0,249 | 0,157 | 0,118 | 0,104 | 2,365 | 0,461 | 0,249 | 0,157 | 0,461 | 0,249 | 0,157 |
| Familiar sem deficiência crônica | 0,695 | 0,212 | -0,849 | 0,957 | 0,041 | -4,485 | 0,695 | 0,212 | -0,849 | 0,695 | 0,212 | -0,849 |
| Família em Situação de Rua | 0,016 | 0,015 | 7,811 | 0,032 | 0,031 | 5,361 | 0,016 | 0,015 | 7,811 | 0,016 | 0,015 | 7,803 |
| Filho menor de 18 Anos | 0,805 | 0,157 | -1,537 | 0,518 | 0,25 | -0,071 | 0,805 | 0,157 | -1,537 | 0,804 | 0,157 | -1,534 |
| Moradia em Local de Risco | 0,203 | 0,162 | 1,476 | 0,092 | 0,084 | 2,815 | 0,203 | 0,162 | 1,476 | 0,203 | 0,162 | 1,476 |
| Mulher | 0,914 | 0,079 | -2,955 | 0,724 | 0,2 | -1,001 | 0,914 | 0,079 | -2,955 | 0,914 | 0,079 | -2,942 |
| Divorciado | 0,016 | 0,015 | 7,811 | 0,04 | 0,039 | 4,684 | 0,016 | 0,015 | 7,811 | 0,016 | 0,015 | 7,793 |
| Médio Incompleto | 0,188 | 0,153 | 1,601 | 0,157 | 0,133 | 1,883 | 0,188 | 0,153 | 1,601 | 0,188 | 0,152 | 1,601 |
| Moradia Alugada | 0,508 | 0,25 | -0,031 | 0,411 | 0,242 | 0,361 | 0,508 | 0,25 | -0,031 | 0,508 | 0,25 | -0,031 |
| Residir com mais de 3 pessoas | 0,273 | 0,199 | 1,017 | 0,255 | 0,19 | 1,122 | 0,273 | 0,199 | 1,017 | 0,273 | 0,199 | 1,017 |
| Cadastro superior a 5 anos | 0,227 | 0,175 | 1,306 | 0,108 | 0,097 | 2,519 | 0,227 | 0,175 | 1,306 | 0,227 | 0,175 | 1,017 |

Fonte: Elaboração Própria

Finalmente, a descrição das variáveis da pesquisa pode ser vista nas Tabelas 5 e 6. As variáveis de controle são aquelas apresentadas nas tabelas de balanceamento, oriundas do Cadastro Habitacional da Prefeitura de Salvador.

Tabela 5 – Descrição das variáveis dependentes

| VARIÁVEL DEPENDENTE | DESCRIÇÃO |
|--|---|
| Emprego no mercado formal RAIS (anual) | Variável <i>dummy</i> = 1, se o CPF estiver relacionado a um ou mais registros na base de dados da RAIS no ano, independente de terminar o ano com o emprego. |
| Emprego no mercado formal em 31/12 | Variável <i>dummy</i> = 1, se o CPF estiver registrado com vínculo vigente na RAIS no dia 31/12 de cada ano. |

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 6 – Descrição das variáveis de tratamento

| VARIÁVEL EXPLICATIVA DE INTERESSE | DESCRIÇÃO |
|--|--|
| Vencedor do Sorteio | Variável <i>dummy</i> = 1 se a pessoa inscrita no banco de dados com cadastro atualizado venceu o sorteio. |
| Tratado pelo MCMV | Variável <i>dummy</i> = 1 se a pessoa venceu o sorteio e aceitou a proposta para assinatura do contrato. |

Fonte: Elaboração Própria

5 RESULTADOS OBTIDOS

Este capítulo discorre sobre os resultados encontrados na pesquisa, que busca estimar o efeito do MCMV sobre indicadores do mercado de trabalho dos indivíduos beneficiados.

Conforme discutido, a seleção para a participação no programa “Minha Casa, Minha Vida” é realizada por meio de um sorteio aleatório. Entretanto, nem todos os sorteados de fato assinam o contrato com o responsável pela intermediação financeira, ou sejam os que se tornam beneficiários da política pública e mudam para uma nova casa. Por isso, esse é de suma importância para capturar uma variação exógena que permita a estimação de um efeito médio local.

Um detalhe a se pontuar é a diferenciação dos resultados quando comparados os três sorteios. Apesar de os dois primeiros sorteios se referirem a um único empreendimento e terem lista de principal e reserva, a terceira seleção tem foco no sorteio para seleção de reservas. Com isso, cabe um adendo: um sorteio que busque a seleção de reservas não possui lista principal e essas pessoas ficam dependentes de vagas que apareçam a partir da desistência de outras pessoas. Ademais, somente no último sorteio há seleção para todos os conjuntos habitacionais citado no capítulo anterior e, por isso, a estimação para esse sorteio leva em consideração o efeito fixo por empreendimento.

Além disso, esta pesquisa não considera o ano do sorteio como período para o pós-tratamento de avaliação do trabalho. Para mais, os anos de pós-tratamento são aqueles que identificam a mudança da família para nova casa, por meio da política pública avaliada. Sendo assim, tem-se como referência o ano de 2017, quando ocorreram as assinaturas dos contratos com o intermediário financeiro e, somente após esse processo, as famílias migram. Por isso, os anos considerados para fins de pós-tratamento são os anos de 2018 e 2019.

A Tabela 7 apresenta os resultados em três painéis (A, B, C), cada um se referindo a um sorteio, no período pós-exposição ao programa. Nesse sentido, as colunas discorrem sobre o resultado do *Intention-to-Treat* (ITT) e o *Treatment on the Treated* (LATE), de acordo com as equações (4.1) e (4.2), sendo as duas últimas colunas as regressões em segundo estágio que calculam o efeito da instrumentalização dos beneficiários pelos indivíduos que ganharam o sorteio. Cabe acrescentar que todas as estimações não consideram os idosos com idade superior a 60 anos para a investigação desta pesquisa.

Com isso, as colunas 1 e 3 exibem os resultados sem balanceamento, ao passo que as colunas 2 e 4 consistem nas estimações para a amostra balanceada. O procedimento de balanceamento

é crucial, pois, conforme discutido, o MCMV se trata de uma intervenção aleatorizada, mas com critérios de pontuação.

Tabela 7 – Estimação dos efeitos do MCMV no período pós-tratamento

| | (1) ITT sem balanceamento | (2) ITT com balanceamento | (3) TOT sem balanceamento | (4) TOT com balanceamento |
|---|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|
| Painel A: Sorteio 1 | | | | |
| Empregado formal | -0,0717*** [0,0129] | -0,0396 [0,0226] | -0,2430*** [0,0453] | -0,0404 [0,0231] |
| Empregado 31/12 | -0,0570*** [0,0116] | -0,0411* [0,0191] | -0,1935*** [0,0402] | -0,0419* [0,0195] |
| FE de período | Sim | Sim | Sim | Sim |
| N | 186.672 | 186.662 | 186.672 | 186.662 |
| Painel B: Sorteio 2 | | | | |
| Empregado formal | -0,0536*** [0,0114] | -0,0292 [0,0275] | -0,3645*** [0,0808] | -0,0304 [0,0286] |
| Empregado 31/12 | -0,0400*** [0,0101] | -0,0211 [0,0235] | -0,2720*** [0,0709] | -0,0219 [0,0244] |
| FE de período | Sim | Sim | Sim | Sim |
| N | 205.301 | 205.293 | 205.301 | 205.293 |
| Painel C: Sorteio 3 | | | | |
| Empregado formal | -0,0373*** [0,0081] | -0,0536 [0,0325] | -0,8768*** [0,2033] | -0,0626 [0,0339] |
| Empregado 31/12 | -0,0283*** [0,0071] | -0,0567* [0,0257] | -0,6644*** [0,1165] | -0,0662* [0,0300] |
| FE de período e empreendimento | Sim | Sim | Sim | Sim |
| N | 221.895 | 221.891 | 221.895 | 221.891 |

Nota: Os resultados da primeira e da segunda coluna consistem em uma estimação OLS, representado pela equação (4.1), com o resultado para os vencedores de cada sorteio após a exposição ao tratamento. A terceira e a quarta coluna, por sua vez, representam resultados da estimação por 2SLS, equação (4.2). Além disso, o Painel C, referente ao sorteio 3, possui controles por empreendimento, pois este sorteio em específico contempla três conjuntos habitacionais. Em FE lê-se “efeito fixo”. Erros-padrão agrupados por *cluster* entre colchetes. * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Fonte: Elaboração Própria

Na primeira linha de cada sorteio consta o resultado sobre a probabilidade de participar do mercado de trabalho formal naquele ano, ao passo que a segunda versa sobre a permanência na empregabilidade no dia 31/12. Com esses resultados, consegue-se inferir que a participação no MCMV pode reduzir a probabilidade de empregabilidade no mercado formal.

Analisando os resultados da Tabela 7, o efeito da empregabilidade para os beneficiários da política pública se mostra negativo ou nulo para alguns sorteios. No Painel C da mesma tabela, percebe-se como o resultado da política pública não favorece o emprego formal, visto que há uma redução de 6,6 pontos percentuais (modelo 4) na probabilidade de estar empregado no último dia do ano.

Contudo, há uma diferença de, aproximadamente, um ano, quando se compara as seleções aleatórias. Enquanto os Sorteios 1 e 2 ocorreram um ano antes da assinatura do contrato, o Sorteio 3 ocorreu no mesmo ano. Logo, as famílias podem ter tido dificuldade no curto prazo para adaptação no período de análise da pesquisa, pois as famílias dos dois primeiros sorteios já estavam aptas a assinatura do contrato.

Estudos como o de Wood, Turman e Mills (2008) demonstram como os efeitos de adaptação à nova residência, após uma migração, acabam por se tornar menores ao longo do tempo, o que não ocorreu neste sorteio. Outra característica em particular é a presença de seleção para três empreendimentos distintos, enquanto nos demais sorteios somente o Residencial das Margaridas foi posto para habitações disponíveis.

Adicionalmente, pela Tabela 1 é notório que, quando comparado o terceiro ao primeiro sorteio, tem-se o maior número de indivíduos aptos a serem sorteados de acordo com as regras do edital e menor taxa de *compliance*. Um fator que deve ser considerado é a motivação desse sorteio, porque para Sorteio 3 sorteou indivíduos para lista de espera por meio de seleção aleatória. Logo, nesta seleção não houve lista principal, por isso, as famílias vencedoras do sorteio poderiam ter dificuldade de apresentar suas informações no dia e horário definido pela prefeitura para comprovação dos dados feitos pela internet.

Os resultados para Sorteio 1 e Sorteio 2 se referem a um único empreendimento, o Residencial das Margaridas. Além disso, no Painel A é visto um efeito negativo de 4 pontos percentuais para a empregabilidade no último dia do ano com estatística significativa a 1%. Enquanto isso, o segundo sorteio é nulo para a relação de empregabilidade e ser beneficiário do programa.

Os resultados encontrados convergem no sentido dos estudos discutidos da literatura nacional no que diz respeito aos efeitos sobre a empregabilidade, após a migração em virtude da participação no programa MCMV. Além de que, estende-se ao entendimento quando comparado o distanciamento dos conjuntos habitacionais e a antiga moradia do indivíduo adulto ao mudar-se para nova casa. Essas observações podem ser feitas em todos os sorteios de Salvador analisados por esse trabalho (vide Figura 5, Figura 6 e Figura 7).

Tendo como referência o ano de 2017, quando ocorre a assinatura dos contratos e, somente após esta etapa, há a migração das famílias. Para compreender a tendência do comportamento dos beneficiários do programa no mercado de trabalho, analisou-se também os níveis de empregabilidade por tempo de exposição ao programa (Tabela 8).

Assim, a partir dos resultados das colunas 2 e 4 da Tabela 8 é nítido como há um efeito negativo na empregabilidade e como ele se acentua no segundo ano de permanência na nova casa do empreendimento de habitação popular.

Ressalvados os efeitos nulos para o Sorteio 2, o terceiro sorteio possui resultados significativos para o segundo período de exposição. Nesse caso, há uma redução de 8,9 pontos percentuais em estar empregado formal no último dia do ano e 8,6 pontos percentuais em ter empregabilidade formal no ano. Logo, por essa análise de curto prazo em dois períodos, permite-se concluir que a permanência da pessoa e sua família, através da migração do programa para uma nova casa, não é positivo quanto à empregabilidade no mercado formal.

Em magnitude diferente, os resultados para o Sorteio 1 também apontam para um agravamento da empregabilidade formal após dois anos de exposição ao programa. Dessa forma, percebe-se que, passado esse período, há uma redução em quase 5 pontos percentuais do indivíduo adulto ser formalizado no ano e 4,2 pontos percentuais em ser empregado no último dia do ano.

A tese do isolamento em políticas de habitação popular (BARNHART; FIELD; PANDE, 2017) é vista ao se comparar as Figura 8, Figura 9 e Figura 10. Tal tese é um indicativo para compreender as consequências dos resultados pós-exposição dos sorteados durante os períodos, em que a maioria dos postos de estabelecimento de trabalho formal dos tratados se encontram em regiões da cidade mais afastadas do entorno do empreendimento criado.

Os estudos de Belchior (2019) e Pacheco (2019), inclusive, também não encontram efeitos do programa em relação ao emprego quando analisam as loterias da cidade do Rio de Janeiro.

Belchior (2019), no entanto, discorre, que apesar de não encontrar resultados consistentes após três anos de exposição ao programa, é visto um efeito positivo de 2,3 pontos percentuais na participação do mercado formal. Essa tendência foi apontada por Pacheco (2019), ao comparar os beneficiários e não beneficiários do programa no Rio de Janeiro, e constatar que a diferença da probabilidade de emprego formal entre eles se reduz com o tempo.

Tabela 8 – Estimação dos efeitos do MCMV por tempo de exposição ao programa

| | (1) ITT para Emprego formal no ano | (2) TOT para Emprego formal no ano | (3) ITT para empregado em 31/12 | (4) TOT para empregado em 31/12 |
|--|---|---|--|--|
| Painel A: Sorteio 1 | | | | |
| Primeiro ano | -0,0306 [0,0252] | -0,0312 [0,0257] | -0,0402 [0,0219] | -0,0410 [0,0223] |
| Segundo ano | -0,0488* [0,0236] | -0,0498* [0,0241] | -0,0420* [0,0208] | -0,0428* [0,0212] |
| FE de período | Sim | Sim | Sim | Sim |
| N | 186.662 | 186.662 | 186.662 | 186.662 |
| Painel B: Sorteio 2 | | | | |
| Primeiro ano | -0,0387 [0,0292] | -0,0403 [0,0303] | -0,0088 [0,0278] | -0,0091 [0,0289] |
| Segundo ano | -0,0195 [0,0295] | -0,0203 [0,0307] | -0,0335 [0,0249] | -0,0348 [0,0259] |
| FE de período | Sim | Sim | Sim | Sim |
| N | 205.293 | 205.293 | 205.293 | 205.293 |
| Painel C: Sorteio 3 | | | | |
| Primeiro ano | -0,0323* [0,0371] | -0,0388 [0,0430] | -0,0359 [0,0318] | -0,0430 [0,0368] |
| Segundo ano | -0,0753* [0,0327] | -0,0867* [0,0380] | -0,0779** [0,0244] | -0,0897** [0,0283] |
| FE de período e de empreendimento | Sim | Sim | Sim | Sim |
| N | 221.891 | 221.891 | 221.891 | 221.891 |

Nota: Os resultados da primeira coluna consistem em um OLS com os vencedores do sorteio quanto à sua exposição ao programa, enquanto a segunda coluna representa uma regressão em dois estágios para o emprego na RAIS no ano. A terceira e a quarta coluna estão mensurando o efeito em ser empregado no último dia do ano através da mesma metodologia das duas primeiras colunas. Todas as estimações estão balanceadas e com efeito fixo de período (e empreendimento para o terceiro sorteio). Em FE lê-se “efeito fixo”. Erros-padrão agrupados por cluster entre colchetes. * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Fonte: Elaboração Própria

Além da tese de isolamento dos centros urbanos da cidade, os resultados sugerem que sorteios com caráter de cadastro de reserva, aquele em que o indivíduo pode ser sorteado, mas fica na espera até ser chamado, pode não ser efetivo para os efeitos em relação ao mercado de trabalho.

Essa relação se dá, primeiro, porque induz a família a uma espera de vagas remanescentes. Segundo, no caso em específico, as chamadas para se tornarem beneficiados são feitas pelo Diário Oficial do Município, algo público, mas que nem todas as pessoas têm conhecimento. Por fim, as famílias podem não apresentar todas as informações autodeclaradas a serem confirmadas pelo município e o intermediador financeiro.

Tabela 9 - Estimação dos efeitos do MCMV por sexo do indivíduo

| | (1) TOT (Mulheres) | (1) TOT (Homens) |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Painel A: Sorteio 1 | | |
| Empregado formal | -0,0359 [0,0244] | -0,0662 [0,0677] |
| Empregado 31/12 | -0,0253 [0,0209] | -0,1185* [0,0531] |
| FE de período | Sim | Sim |
| N | 135.832 | 50.830 |
| Painel B: Sorteio 2 | | |
| Empregado formal | -0,0140 [0,0311] | 0,1112 [0,0735] |
| Empregado 31/12 | -0,0111 [0,0261] | -0,0746 [0,0675] |
| FE de período | Sim | Sim |
| N | 149.164 | 56.129 |
| Painel C: Sorteio 3 | | |
| Empregado formal | -0,0523 [0,0394] | -0,1429 [0,1379] |
| Empregado 31/12 | -0,0519 [0,0320] | -0,2013** [0,0670] |
| FE de período e de empreendimento | Sim | Sim |
| N | 160.792 | 61.098 |

Nota: Os resultados das colunas levam em consideração os resultados oriundos da equação (4.2). Logo, os resultados estimados são referentes a uma regressão em dois estágios com balanceamento. Em FE lê-se “efeito fixo”. Erros-padrão agrupados por cluster entre colchetes. * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Fonte: Elaboração Própria

A fim de explorar mais efeitos heterógenos, os resultados da Tabela 9 demonstram que a migração para uma nova residência tende a afetar em maior grau a empregabilidade de homens, em comparação com as mulheres, como aponta Da Mata e Motion (2018).

Assim, compara-se os efeitos da política pública em relação entre os sexos. A primeira sugestão sobre esses resultados é a associação sobre os critérios de pontuação para prioridade na política pública. Como discutido anteriormente, uma mulher responsável pela unidade familiar possui mais chances em ser sorteado, e, por isso, justifica-se o número de observações das regressões e os resultados serem nulos para todos os sorteios.

Em relação ao mercado de trabalho, os dois resultados com impacto negativo e significância estatística são para os homens apenas na empregabilidade do último dia do ano. Nesse caso, em relação ao primeiro sorteio para os homens, há uma redução na probabilidade de 11,8 pontos percentuais para homens e, quanto ao terceiro sorteio, ocorre uma redução na probabilidade de 20 pontos percentuais. De acordo com as Figura 8 e Figura 10, durante o período de exposição ao programa, os postos de trabalho são reduzidos ao longo do tempo, o que pode justificar a queda de empregabilidade no último dia do ano.

Por outro lado, o conjunto de observações para esse trabalho só permitiu a análise de curto prazo para os dois períodos posteriores à exposição dos indivíduos adultos à migração ao empreendimento para o qual foram sorteados. No futuro, podem ser explorados mais resultados longitudinais e observar se eles estiveram ou não mais integrados ao tecido urbano e econômico.

Dito isso, os resultados obtidos por esse trabalho estão em consonância com a literatura nacional e internacional de programas habitacionais e os seus impactos em relação ao mercado de trabalho.

6 CONCLUSÃO

Neste capítulo, pretende-se retomar a discussão feita pelo trabalho através da literatura discutida, no âmbito internacional ou, mais especificamente, o debate com os trabalhos que se propuseram avaliar o programa “Minha Casa, Minha Vida” no Brasil. Em seguida, propõe-se sugestões a políticas públicas, bem como os avanços que esse trabalho pode colaborar como sendo um dos primeiros a avaliar a oferta de trabalho como resultado da migração pelo programa na maior capital da região Nordeste.

Tendo em vista o repertório de dados, a Dissertação cumpre o objetivo em analisar os efeitos da migração para conjuntos habitacionais do programa e responder como esse efeito migratório para uma nova residência, em locais distintos do centro econômico da cidade, impactam na empregabilidade do mercado de trabalho formal na vida de pessoas adultas.

A criação do MCMV foi um marco na política habitacional brasileira, na medida em que o Estado elaborou um programa para atender uma grande quantidade de pessoas. Por isso, quando comparado aos programas realizados pelos governos brasileiros anteriormente, este teve um alcance maior. No entanto, segundo Marques e Rodrigues (2013) e Ronlink (2015), o programa reproduziu a mesma concepção ao isolar as pessoas do tecido urbano e econômico da cidade, quando observam a localidade dos projetos realizados pelas prefeituras.

Encontra-se na literatura evidências de que os beneficiários do MCMV apresentam redução na probabilidade de empregabilidade formal ao serem expostos ao programa, conforme os resultados de Rocha (2018), Da Mata e Motion (2018). Além do mais, essa literatura converge com os resultados encontrados por esse trabalho, ao comparar os impactos de curto prazo em migrar para uma nova casa. O trabalho de Pacheco (2019) amplia o marco temporal de estudos realizados no Rio de Janeiro, e mesmo concordando com os dois autores, demonstra nos seus resultados que a diferença entre os beneficiários e não beneficiários vai diminuindo ao longo do tempo. Ou seja, de alguma forma, os adultos que migraram para novas casas em conjuntos mais isolados estão se adaptando às novas condições. Essa discussão já era observada por Barnhardt e Barnhardt (2016) e Picarelli (2019) a nível internacional para políticas habitacionais em países subdesenvolvidos.

Com isso, os resultados deste trabalho para a cidade de Salvador mostram uma deterioração do mercado formal ao longo do tempo para os beneficiários dos sorteios realizados entre 2016 e 2017. Além do mais, o Sorteio 3 tem um efeito negativo significativo de 8,9 pontos percentuais na probabilidade em terminar o ano empregado após dois anos de exposição ao programa, e 8,6

pontos percentuais em ter tido registro no mercado formal. Assim, conclui-se que há uma dificuldade em se manter em um trabalho formal após um período curto de exposição ao programa. Enquanto isso, para o Sorteio 1, após os dois anos, a redução é quase de 5 pontos percentuais do indivíduo adulto ser formalizado no ano e 4,2 pontos percentuais quando observada a variável de interesse em ser empregado no último dia do ano.

A estrutura longitudinal com os resultados pré-tratamento de cada indivíduo poderia apresentar as suas relações de trabalho que foram realizadas antes da mudança para sua nova casa. Assim também, não se controla alguma variável para aqueles que estavam empregados no mercado formal de alguma forma. Essas informações seriam importantes para superar limitações dos beneficiados da política pública, mas que estiveram, durante o período, nos registros da RAIS.

Tendo em vista estes resultados, este trabalho pode contribuir para novas linhas de pesquisa quando analisa as avaliações das loterias na cidade de Salvador. Logo, ampliar o horizonte para avaliar impactos quanto à educação, saúde e assistência social seriam fundamentais para se discutir a avaliação das famílias que migraram após serem beneficiadas pelo programa. Ademais, a utilização de outras bases de dados administrativas, como o CadÚnico, para identificar características da família e quaisquer outras migrações para bairros próximos, independentemente de serem atreladas ao programa, seriam fundamentais para compreender esse comportamento, como bem analisa Dias (2020).

Quanto ao mercado de trabalho, cabe o acompanhamento dos beneficiários nos próximos anos. É necessário compreender o impacto nas pessoas que migraram para nova habitação através do programa em relação às consequências da Pandemia do Novo Coronavírus, tanto nos auxílios de manutenção do emprego para empresas e trabalhadores como nos demais programas de assistência social.

Por fim, pelos resultados, a estrutura de seleção do programa não se mostrou eficiente para a oferta de trabalho formal quando um sorteio teve por objetivo a seleção de pessoas para cadastro de reservas (lista de espera).

Além disso, para essa política pública e projetos analisados em Salvador, o poder público poderia contribuir no sentido de fornecer mais infraestrutura social e econômica para aumentar a empregabilidade das famílias através da facilidade de acesso a esses recursos ou o fomento de novos estabelecimentos de mercado formal para os beneficiários do programa.

REFERÊNCIAS

- ANGRIST, J. D.; PISCHKLE, J. S. **Most Harmless econometrics: an empiricist's companion**. New Jersey: Princeton University Press, 2008.
- ANGRIST, Joshua D.; IMBENS, Guido W; RUBIN, Donald B. Identification of causal effects using instrumental variables. **Journal of the American statistical Association**, v. 91, n. 434, p. 444-455, 1996.
- AZEVEDO, Sergio. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**, v. 22, n. 4, p. 107 a 119, 1988.
- BAHIA. CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro /Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia**. 5. ed. Salvador: CONDER/ INFORMS, 2016. 189 p.
- BARNHARDT, Sharon; FIELD, Erica; PANDE, Rohini. Moving to opportunity or isolation? network effects of a randomized housing lottery in urban india. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 9, n. 1, p. 1-32, 2017.
- BELCHIOR, Carlos Alberto **Two essays on housing programs and the labor market**. 2019. 94 f. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia. Rio de Janeiro, 2019.
- BRASIL. **Exposição de motivos interministerial** (E.M. Interministerial nº 33 /2009/MF/MJ/MP/MMA/MCidades). Brasília: Ministério das Cidades, 2019.
- _____. Ministério das Cidades. **Portaria Nº 412, de 6 de agosto de 2015**. Brasília, 2015.
- _____. **Relatório de Avaliação: Programa Minha Casa, Minha Vida**. Brasília: Ministério da Economia, 2020. 85 p.
- CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Microeconometrics: methods and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- CHETTY, Raj; HENDREN, Nathaniel; KATZ, Lawrence F. The effects of exposure to better neighborhoods on children: new evidence from the moving to opportunity experiment. **American Economic Review**, v. 106, n. 4, p. 855-902, 2016.
- DIAS, Laísa Rachter de Sousa. **Essays on housing: household choices, health, and consumption**. 2020. 200 f. Tese (doutorado) - Fundação Getulio Vargas, Escola Brasileira de Economia e Finanças. [S.l.]:[S.n.], 2020.
- FJP. Déficit habitacional no Brasil. **Centro de Estudos Políticos e Sociais**, Belo Horizonte, p. 345, 1995.
- FJP. **Diretoria de estatística e informações: metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil: 2016 - 2019**. Belo Horizonte: Fundação José Pinheiro, 2021. 71 p.
- HAINMUELLER, Jens. Entropy balancing for causal effects: a multivariate reweighting method to produce balanced samples in observational studies. **Political analysis**, v. 20, n. 1, p. 25-46, 2012.
- IBGE. **Aglomerados subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19 notas técnicas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. 13 p.

- IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. 148 p.
- JACOB, B. A.; LUDWIG, J. The effects of housing assistance on labor supply: evidence from a voucher lottery. **American Economic Review**, v. 102, n. 1, p. 272–304, 2012.
- KLING, Jeffrey R.; LIEBMAN, Jeffrey B.; KATZ, Lawrence F. Experimental analysis of neighborhood effects. **Econometrica**, v. 75, n. 1, p. 83-119, 2007.
- MARQUES, Eduardo; RODRIGUES, Leandro. O Programa Minha Casa Minha Vida na metrópole paulistana: atendimento habitacional e padrões de segregação. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 15, n. 2, p. 159-159, 2013.
- MATA, D. D; MATION, L. Labor market effects of public housing: evidence from large-scale lotteries. **REAP**, 2018. (Working Paper).
- PACHECO, Tainá Souza. **Moradia, localização e o programa habitacional “Minha Casa Minha Vida” no município do Rio de Janeiro**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – FGV, São Paulo, 2019.
- PICARELLI, Nathalie. There is no free house. **Journal of Urban Economics**, v. 111, p. 35-52, 2019.
- RIBEIRO, Larissa. Ensaio sobre a Lei no 13.465/17: o bairro Nordeste de Amaralina como um núcleo urbano consolidado e a aplicação da Reurb. *In*: FONSECA, Gabriel Ferreira da; Alves, João Vitor de Souza (Orgs.). **Direitos sociais e interdisciplinaridade**: reflexões sobre saúde, moradia, educação e trabalho no Brasil. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.
- ROCHA, G. M. **Política habitacional e a oferta de trabalho**: evidências de sorteios do Minha Casa. 2018. 88 p. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Economia, 2018.
- ROLNIK, Raquel *et al.* O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole**, v. 17, p. 127-154, 2015.
- SALVADOR. **Decreto Municipal de Salvador nº 27.089, de 11 de março de 2016**. Salvador, 2016.
- SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos *et al.* O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o direito à moradia: a experiência dos Sem Teto em Salvador. **Organizações & Sociedade**, v. 21, p. 713-734, 2014.
- SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador**: estudo de geografia urbana. Salvador: Edsup, 2018.
- SIMPSON, Mariana Dias. Urbanising favelas, overlooking people: regressive housing policies in Rio de Janeiro's progressive slum upgrading initiatives. **Development Planning Unit**, University College London, 2013.
- SOARES, Antônio Mateus. Habitação popular em Salvador-Ba no final do século XX: arquitetura e insustentabilidade social do projeto. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 23, n. 32. 2016.
- TOSTA, A. O. **A dimensão espacial do direito à cidade**: acesso à equipamentos públicos e infraestrutura no Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Salvador (2009 - 2015). 2016. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2016.

UN-HABITAT. **Anual Progress Report 2019**. UN-Habitat, 2019.

WOOD, Michelle; TURNHAM, Jennifer; MILLS, Gregory. Housing affordability and family well-being: results from the housing voucher evaluation. **Housing Policy Debate**, v. 19, n. 2, p. 367-412, 2008.

APÊNDICE

Tabela 10 - Empreendimentos com financiamento do FAR para o PMCMV da Faixa 1 em Salvador

| Empreendimento | Contratos assinados |
|--------------------------------------|----------------------------|
| BAIRRO NOVO SALVADOR - RES 2 | 300 |
| BAIRRO NOVO SALVADOR - RES 3 | 380 |
| BOSQUE DAS BROMELIAS - RES 1 | 299 |
| BOSQUE DAS BROMELIAS - RES 4 | 500 |
| BOSQUE DAS BROMELIAS - RES 5 | 500 |
| BOSQUE DAS BROMELIAS - RES 6 | 377 |
| FAZENDA GRANDE 15A | 293 |
| FAZENDA GRANDE 15B | 188 |
| FAZENDA GRANDE 8B | 559 |
| RESIDENCIAL ASSIS VALENTE | 380 |
| RESIDENCIAL CEASA I | 820 |
| RESIDENCIAL CEASA II | 791 |
| RESIDENCIAL CEASA III, IV E V | 889 |
| RESIDENCIAL COLINA SOLAR | 601 |
| RESIDENCIAL CORACAO DE MARIA | 2.998 |
| RESIDENCIAL DAS MARGARIDAS | 1.860 |
| RESIDENCIAL FAZ GRANDE 15 0 | 100 |
| RESIDENCIAL FAZ GRANDE 15 H | 48 |
| RESIDENCIAL FAZ GRANDE 15 L | 84 |
| RESIDENCIAL FAZ GRANDE 15 M | 252 |
| RESIDENCIAL JARDIM CAJAZEIRA | 199 |
| RESIDENCIAL LAGOA DA PAIXAO I | 498 |
| RESIDENCIAL LAGOA DA PAIXAO II | 496 |
| RESIDENCIAL LGA DA PAIXAO - ST I | 897 |
| RESIDENCIAL LGA DA PAIXAO - ST IV | 1.765 |
| RESIDENCIAL MARIA DE LOURDES | 276 |
| RESIDENCIAL MORADA DO ATLANTICO | 284 |
| RESIDENCIAL PIRAJA | 340 |
| RESIDENCIAL QUINTA DA GLORIA ETAPA 1 | 497 |
| RESIDENCIAL RAINHA DA PAZ | 116 |
| RESIDENCIAL RECANTO DAS MARGARIDAS | 380 |
| RESIDENCIAL RECANTO DO CAJUEIRO | 399 |
| RESIDENCIAL RECANTO DO LUAR | 440 |
| RESIDENCIAL SITIO ISABEL | 348 |
| RESIDENCIAL VILA MOEMA | 288 |
| RESIDENCIAL FRANCO GILBERTI | 241 |
| RESIDENCIAL MIRANTE DO BONFIM | 144 |

Fonte: CEF. Elaboração própria.

Tabela 11 - Resultado da estimação dos indivíduos pós-exposição ao programa MCMV considerando controles de sexo, escolaridade e idade

| | (1) ITT sem controles | (2) ITT com controles | (3) TOT sem controles | (4) TOT com controles |
|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Painel A: Sorteio 1 | | | | |
| Empregado formal | -0,0396 [0,0226] | -0,0404 [0,0208] | -0,0404 [0,0231] | -0,0412 [0,0212] |
| Empregado 31/12 | -0,0411* [0,0191] | -0,0428* [0,0176] | -0,0419* [0,0195] | -0,0437* [0,0180] |
| FE de período | Sim | Sim | Sim | Sim |
| N | 186.662 | 186.662 | 186.662 | 186.662 |
| Painel B: Sorteio 2 | | | | |
| Empregado formal | -0,0292 [0,0275] | 0,0127 [0,0120] | -0,0304 [0,0286] | -0,0284 [0,0267] |
| Empregado 31/12 | -0,0211 [0,0235] | 0,0149 [0,0108] | -0,0219 [0,0244] | -0,0215 [0,0231] |
| FE de período | Sim | Sim | Sim | Sim |
| N | 205.293 | 205.293 | 205.293 | 205.263 |
| Painel C: Sorteio 3 | | | | |
| Empregado formal | -0,0536 [0,0325] | -0,0453 [0,0316] | -0,0626 [0,0339] | -0,0531 [0,0371] |
| Empregado 31/12 | -0,0567* [0,0257] | -0,0512* [0,0256] | -0,0662* [0,0300] | -0,0599* [0,0300] |
| FE de período e de empreendimento | Sim | Sim | Sim | Sim |
| N | 221.891 | 221.891 | 221.891 | 221.891 |

Nota: Os resultados da primeira e da segunda coluna representam um OLS, representado pela equação (4.1) com o resultado para os vencedores de cada sorteio após a exposição ao tratamento. A terceira e a quarta coluna representam resultados da equação (4.2) referente a uma regressão em dois estágios com balanceamento. Além disso, o Painel C, referente ao sorteio 3, possui controles por empreendimento, pois o sorteio contempla três conjuntos habitacionais. Em FE, lê-se, efeito fixo. Os erros padrão estão por nível de indivíduo entre colchetes. * $p < 0.05$, ** $p < 0.01$, *** $p < 0.001$

Fonte: Elaboração Própria

Figura 5 - Moradia das famílias antes da migração do Sorteio 1



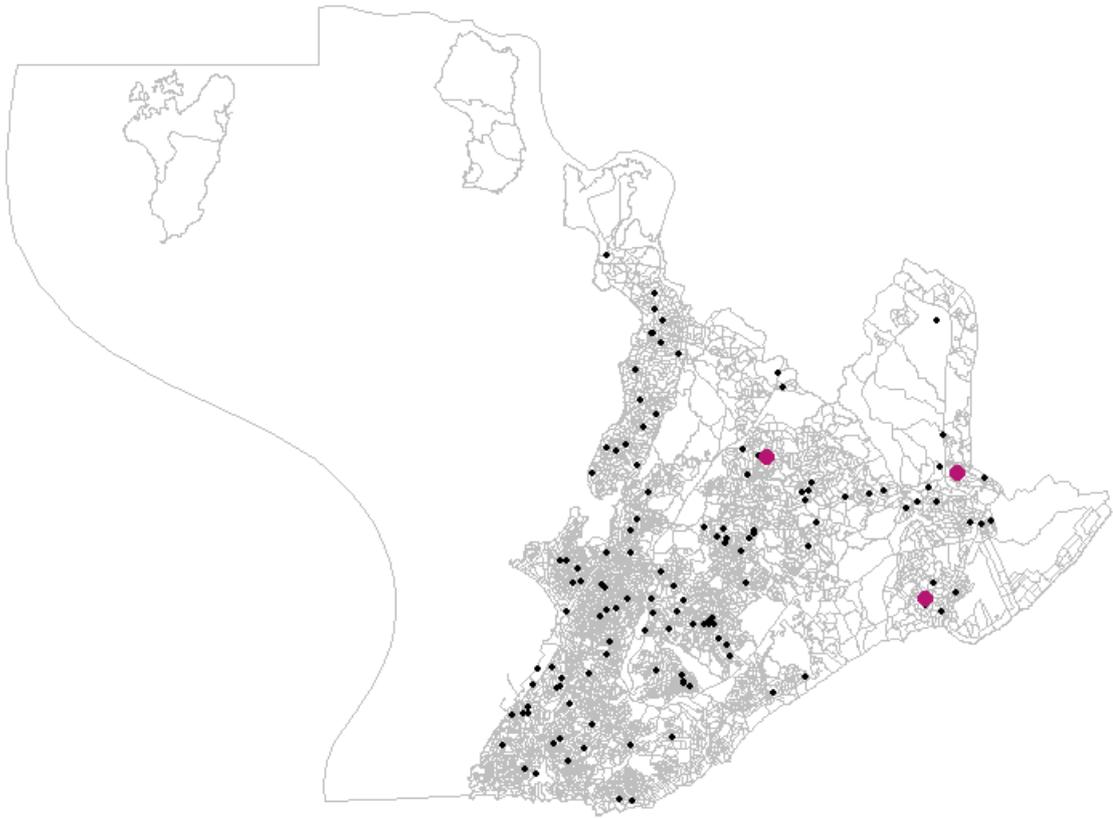
Fonte: PMS. Elaboração própria.

Figura 6 - Moradia das famílias antes da migração do Sorteio 2



Fonte: PMS. Elaboração própria.

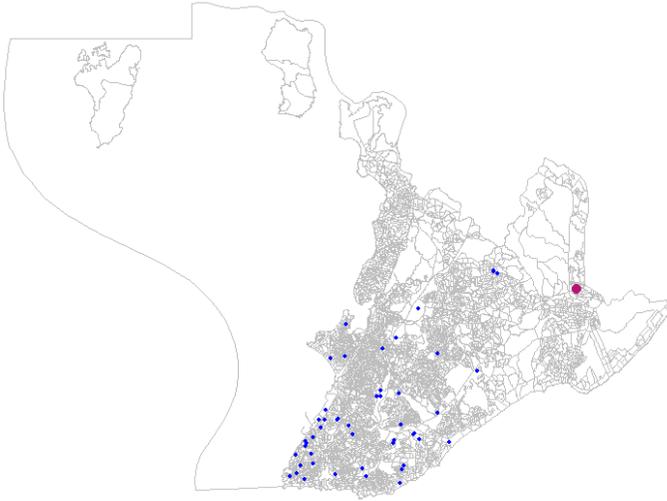
Figura 7 - Moradia das famílias antes da migração do Sorteio 3



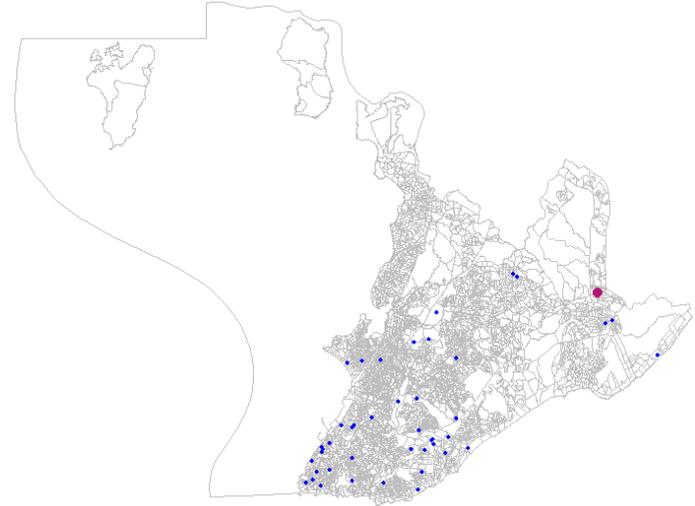
Fonte: PMS. Elaboração própria.

Figura 8 – Postos de trabalho dos beneficiados do Sorteio 1

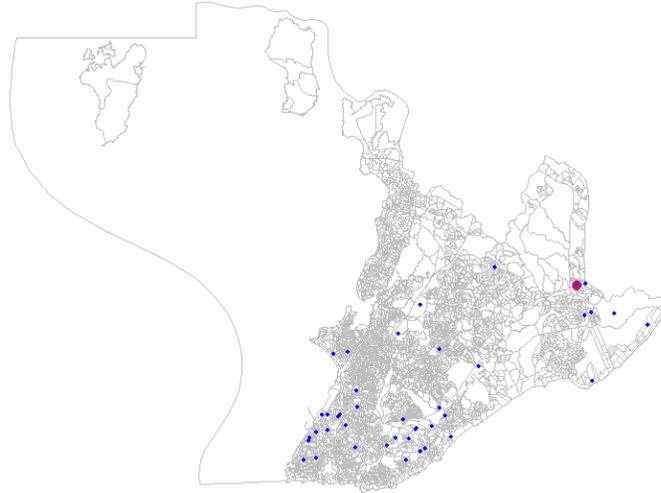
(a) Evento 0 – Ano de 2017



(b) Evento 1 – Ano de 2018



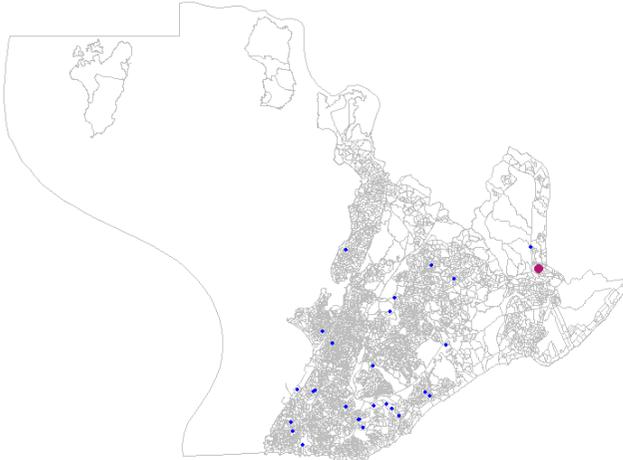
(c) Evento 2 – Ano de 2019



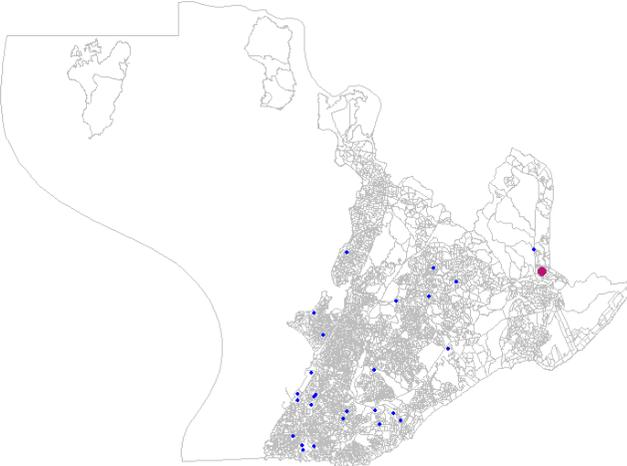
Fonte: RAIS. Elaboração Própria.

Figura 9 - Postos de trabalho dos beneficiados do Sorteio 2

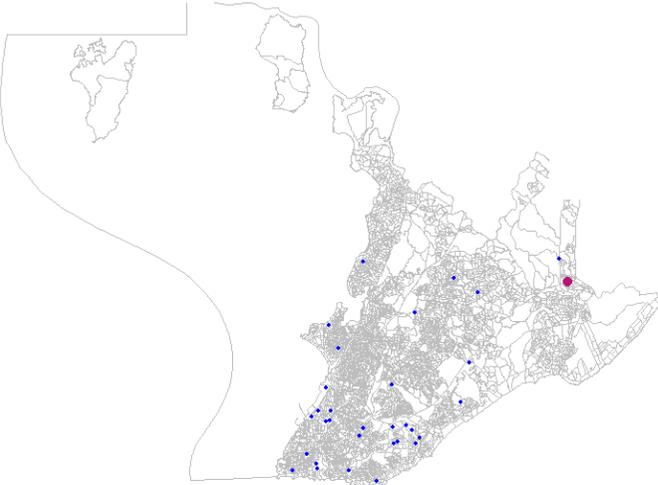
(a) Evento 0 – Ano de 2017



(b) Evento 1 – Ano de 2018



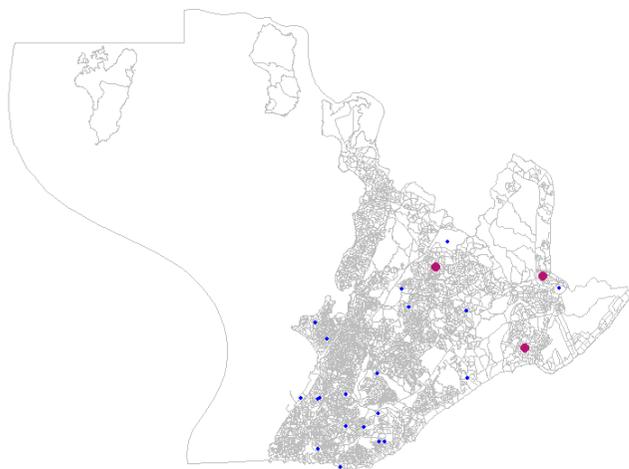
(c) Evento 2 – Ano de 2019



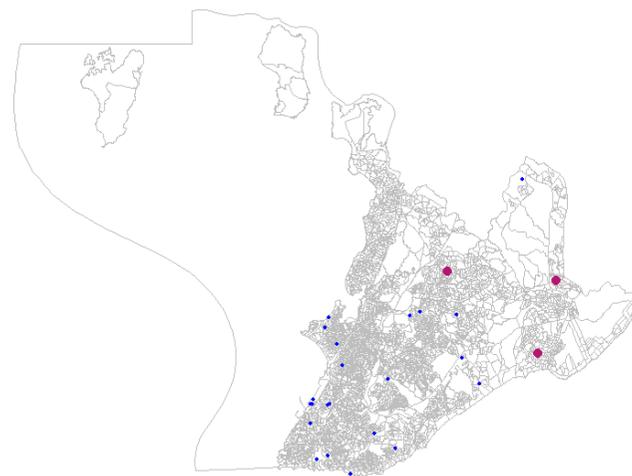
Fonte: RAIS. Elaboração Própria.

Figura 10 – Postos de trabalho dos beneficiários do Sorteio 3

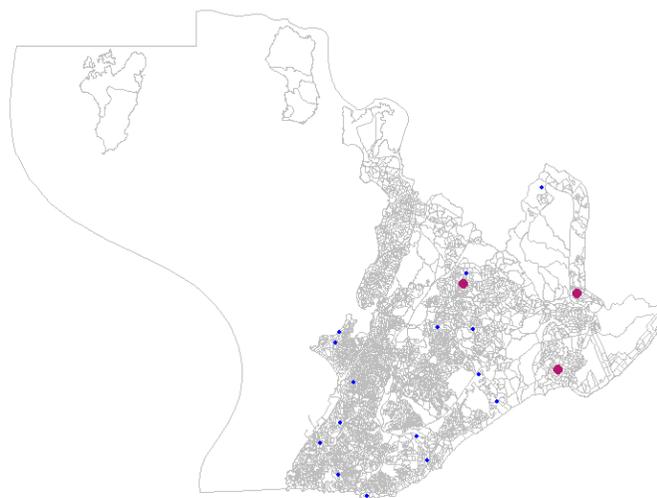
(a) Evento 0 – Ano de 2017



(b) Evento 1 – Ano de 2018



(c) Evento 2 – Ano de 2019



Fonte: RAIS. Elaboração Própria.

ANEXO

Figura 11 - Aviso das chamadas públicas para sorteio do Minha Casa, Minha Vida em Salvador

SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E DEFESA CIVIL - SINDEC

EDITAL Nº 01/2016 - SINDEC

AVISO DE REALIZAÇÃO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS A BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA - PMCMV PARA O EMPREENDIMENTO RESIDENCIAL MARGARIDAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso de suas atribuições, torna público que realizará nova seleção de candidatos a beneficiários para o “Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV”, visando a complementação das indicações de beneficiários para o empreendimento Residencial Margaridas, localizado na rua Joaquim Ferreira, s/nº, no bairro de

EDITAL 02/2016 - SINDEC

AVISO DE RESULTADO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS A BENEFICIÁRIOS DO “PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA - PMCMV” PARA O EMPREENDIMENTO RESIDENCIAL MARGARIDAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso de suas atribuições, torna público o resultado da seleção de candidatos a beneficiários do “Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV”, visando a complementação da indicação dos beneficiários para o empreendimento Residencial Margaridas, em Salvador, observadas as disposições fixadas no art. 2º da Portaria nº 163, de 06 de maio de 2016, na Portaria nº 412, de 07 de agosto de 2015, ambas do Ministério das Cidades, e no Edital nº 01/2016-SINDEC, publicado no Diário Oficial do Município de 15/07/2016, fruto da hierarquização dos cadastros dos inscritos no Município em ordem decrescente de acordo com o atendimento ao maior número de critérios nacionais e adicionais de seleção definidos para o Programa, sendo, no caso de Salvador, respectivamente, os nacionais indicados na referida Portaria nº 412, e os critérios adicionais, definidos pelo Conselho Municipal de Salvador por meio da Resolução nº 01, de 25 de novembro de 2015, devidamente recepcionados e fixados pelo Município mediante a edição do Decreto municipal nº 27.089, de 11 de março de 2016, observado ainda o que segue:

1. Em consonância com as disposições contidas no art. 2º da Portaria nº 163, de 06 de maio de 2016, do Ministério das Cidades, a presente seleção foi realizada com base nas disposições fixadas pela Portaria nº 412, 07 de agosto de 2015, também editada pelo Ministério das Cidades, procedendo-se a seleção em conformidade com as definições contidas na mencionada Portaria.

2. Participaram da seleção os candidatos inscritos no cadastro da Prefeitura até às 23 horas, 59 minutos e 59 segundos do dia 26 de julho de 2016 e que encontravam-se com as informações do seu cadastro atualizadas, considerando o período que compreende os últimos 24 (vinte e quatro) meses anteriores a realização da seleção, ou seja, apenas os cadastros realizados ou atualizados a partir de 27 de julho de 2014.

Figura 12 - Estrutura habitacional de empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida em Salvador



Fonte: PMS, Jornal Correio da Bahia. Governo do Estado da Bahia.